



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

José Rodolpho Schultz Diniz

Behaviorismo radical, ontologia e epistemologia:
uma análise das posições de analistas do comportamento sobre realidade e verdade

MESTRADO EM PSICOLOGIA EXPERIMENTAL:
ANÁLISE DO COMPORTAMENTO

São Paulo

2020

Banca Examinadora:

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos ou científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação por fotocópias ou processos eletrônicos.

São Paulo, ____ de _____ de 2020.

Assinatura: _____

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Processo n.º 88887.169650/2018-00.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

Process no. 88887.169650/2018-00.

Agradecimentos

Meu eterno carinho e admiração aos meus pais, Fabiana Ribeiro e Rodrigo Vaz, pela confiança, credibilidade e amor para comigo: paradigmas de uma base sólida que denominamos família.

Aos meus irmãos, Alice Vaz e Raul Vaz, também expresso meus singelos agradecimentos.

De igual importância, agradeço aos meus avós, Terezinha Schultz e José Diniz, pessoas generosas e humildes, sempre presentes na minha caminhada e fundamentais para o ingresso e conclusão deste mestrado.

Agradeço à minha esposa e companheira, Thaís Damasceno, pelo amor, lealdade e apoio de sempre, me fortalecendo nas dificuldades.

Um obrigado aos amigos que fiz no PEXP e a todos os outros que me ajudam a crescer e a desenvolver intelectualmente.

Em especial, agradeço à professora Nilza Micheletto, pela presença, empenho e determinação nas inúmeras correções que contribuíram para a formação desta dissertação – e, sobretudo, por ter possibilitado a este mestrando (agora, mestre) a se desenvolver. Também agradeço aos professores Diego Zilio e Maria Eliza, que muito contribuíram para a melhoria deste trabalho.

Por fim, agradeço à CAPES e à PUC-SP, pelo financiamento e apoio na pesquisa.

Diniz, J. R. S. (2020). *Behaviorismo radical, ontologia e epistemologia: Uma análise das posições de analistas do comportamento sobre realidade e verdade*. (Dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.

Orientadora: Prof.^a Dra. Nilza Micheletto.

Linha de Pesquisa: História e Fundamentos Epistemológicos, Metodológicos e Conceituais da Análise do Comportamento.

Resumo

O behaviorismo radical é tido como uma filosofia coerente em suas posições, principalmente sobre aspectos do objeto de estudo e metodologia. Entretanto, existem, entre analistas do comportamento, divergências em relação à epistemologia e à ontologia do behaviorismo radical, especialmente nas interpretações sobre a noção de verdade e a suposição da existência e independência da realidade em relação ao sujeito que conhece. Buscou-se, neste estudo, descrever e analisar quais posições os autores vêm apresentando quanto a esses temas, por meio de uma revisão de artigos publicados em periódicos. A busca foi realizada com descritores nas bases de dados PsycNET e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e obteve, inicialmente, 128 resultados. Foram selecionados 40 artigos para análise. Os resultados apontaram para uma diversidade e divergências de interpretações no campo epistemológico com associações mais frequentes com a verdade pragmática; e, no campo ontológico, um posicionamento maior dos autores em favor da existência da realidade e da dependência da realidade do sujeito que conhece. Identificaram-se, porém, posições contrárias entre os autores relativas à verdade e a realidade, ocorrendo incompatibilidade entre as posições desses autores e entre as teses epistemológicas e ontológicas, como, por exemplo, um grande contingente de autores assumindo a realidade, mas concebendo uma noção de verdade que não leva em conta essa realidade.

Palavras-chave: behaviorismo radical, ontologia, epistemologia, realidade, verdade, realismo, pragmatismo

Diniz, J. R. S. (2020). *Radical behaviorism, ontology, and epistemology: An analysis regarding behavior analysts' positions about reality and truth*. (Master's thesis).

Pontifical Catholic University of São Paulo, São Paulo, Brazil.

Thesis Advisor: Prof. Nilza Micheletto, PhD.

Line of Research: History and Epistemological, Methodological and Conceptual Foundations of Behavior Analysis.

Abstract

Radical behaviorism is considered a coherent philosophy in its positions, mainly on the aspects of its object of study and methodology. However, among behavior analysts, there are divergences related to epistemology and ontology of radical behaviorism, especially considering interpretations about the notion of truth and the assumption of the existence and independence of reality in relation to the subject who knows. This study aimed to describe and analyze which positions the authors have been presenting regarding these themes, through a review of published articles in journals. The search was performed with descriptors in the PsycNET and Brazilian Virtual Health Library (BVS, in Portuguese) databases. The search initially obtained 128 articles, and 40 were selected for analysis. The results pointed to a diversity and divergence of interpretations in the epistemological field with more frequent associations with the pragmatic truth; and, in the ontological field, a greater positioning of the authors in favor of the existence of reality and dependence on the reality of the subject who knows. However, contrary positions were identified among the authors regarding truth and reality, with incompatibilities regarding the positions of these authors and the epistemological and ontological theses, such as, for example, a large contingent of authors assuming reality, but conceiving a notion of truth that does not take this reality into account.

Keywords: radical behaviorism, ontology, epistemology, reality, truth, realism, pragmatism

Lista de Figuras

Figura 1 – Fluxograma do Processo de Busca e Seleção de Artigos	13
Figura 2 – Exemplo de Artigo Excluído do Estudo, a partir do Título e Resumo	14
Figura 3 – Exemplo de Artigo Incluído no Estudo	15
Figura 4 – Curva Acumulada das Publicações durante os Anos	19

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Palavras de Busca Utilizadas.....	11
Tabela 2 – Exemplo da Primeira Etapa do Procedimento com Artigo de Zilio (2012). 16	
Tabela 3 – Exemplo da Segunda Etapa do Procedimento.....	17
Tabela 4 – Exemplo da Terceira Etapa do Procedimento	18
Tabela 5 – Periódicos Encontrados na Pesquisa.....	20
Tabela 6 – Autores com mais de Uma Publicação no Estudo.....	21

Sumário

Introdução	1
Objetivo.....	9
Método	11
Seleção das Fontes.....	11
Seleção das Palavras de Busca.....	11
Seleção dos Artigos	13
Procedimento de Análise	15
Resultado e Discussão.....	19
Ontologia	21
Epistemologia.....	35
Conclusão	56
Referências	59
Apêndice – Artigos Analisados	65

A *epistemologia* é uma área da filosofia que indaga sobre aspectos do conhecimento. Suas preocupações vão desde a definição do que é conhecimento até critérios para distinguir entre o conhecimento científico e o senso comum, aspectos metodológicos do conhecimento e discussões sobre justificação do conhecimento verdadeiro (Steup & Neta, 2020). Dessa maneira, pode ser entendida como uma teoria sobre o conhecimento e, em alguns casos, especificamente sobre o conhecimento científico, inclinando-se a aspectos relacionados à verdade das asserções e dos métodos de justificação de determinada teoria (Steup & Neta, 2020).

Para Williams (2001), a epistemologia teria alguns problemas tidos como principais: analítico, demarcação, método, cepticismo e valor. O problema analítico seria o mais conhecido, relacionado à discussão sobre a definição sobre o que é conhecimento. O problema de demarcação refere-se a questões relacionadas ao limite que o conhecimento poderia ter, discutindo, além desse limite, questões como: que tipo de conhecimento é dependente da experiência e qual não é? O problema do método, por sua vez, perguntaria: há mais de uma maneira de conhecer? É possível conhecer de maneira mais eficaz? Seria possível distinguir conhecimento racional de irracional?

O problema do cepticismo discute se seria possível o conhecimento. Essa pergunta se basearia na noção de que a justificação do conhecimento é bastante complicada, já que nem todas as crenças podem ser racionalmente justificadas: a possibilidade conhecimento é, dessa maneira, posta em dúvida. Finalmente, o problema do valor discutiria se seria importante obter conhecimento e se o próprio conhecimento seria suficiente para justificar sua busca (Williams, 2001).

Apesar de todas essas facetas da epistemologia, tomaremos como foco, neste trabalho, a noção de epistemologia como teoria do conhecimento, conforme aponta Castañon (2007):

Para o sentido mais restrito de epistemologia, usaremos o termo filosofia da ciência, ou seja, o estudo sistemático das condições de possibilidade, métodos e critérios deste corpo especial de conhecimento, o conhecimento científico. Por fim, designaremos teoria do conhecimento a disciplina filosófica que estuda as condições de possibilidade de todo e qualquer conhecimento (não somente o científico), a saber: a possibilidade de conhecer, a origem do conhecimento, a essência do objeto do conhecimento, os tipos de conhecimento e os métodos de obtenção de conhecimento. (Castañon, 2007, p. 7)

Segundo Castañon (2007), uma das discussões mais importantes dentro da epistemologia é a questão do conhecimento verdadeiro: se o conhecimento é um fenômeno que pode ser transmitido – e, portanto, não seria algo impessoal –, deve ser passível de verificação, a fim de se buscar sua validade. Nesse sentido, quando são feitas afirmações sobre alguma coisa no mundo e isso é público, tende-se a crer que a alegação tem algum valor de verdade, pois, caso fosse falsa, jamais se poderia considerar conhecimento. Dessa maneira, algumas teorias no campo da epistemologia buscam diferentes formas de dizer se um conhecimento é verdadeiro.

Para Glanzberg (2018), as *teorias pragmáticas* sobre a verdade são um exemplo de posição epistemológica. Nesse caso, assumem, principalmente representadas por autores como William James e Peirce, que a verdade estaria envolvida com os efeitos práticos que produz na interação empírica do sujeito que conhece, assumindo como verdadeiro aquilo que condiz com a experiência (Glanzberg, 2018). Outro exemplo seria a *teoria de verdade por correspondência*, que assume, por sua vez, que o conhecimento é uma representação de uma realidade externa ao sujeito, aproximando-se da verdade quando aquilo que se afirma (linguagem) é condizente com a realidade. Por esse motivo, o conhecimento verdadeiro é aquele que, ao fazer declarações acerca

do real, possui, minimamente, seu conteúdo sintático e semântico refletindo o estado das coisas por ele referido (Castañon, 2007).

David (2016) chega a discutir se a teoria por correspondência carregaria consigo também uma posição ontológica, uma vez que, para assegurar a verdade, seria necessário assegurar também a existência de uma realidade. Nesse sentido, um ponto a ser destacado é que tanto a posição ontológica quanto a epistemológica podem imbricar-se: Glanzberg (2018) afirmará que a noção de verdade está intimamente ligada a uma posição ontológica.

Como aponta Hofweber (2018), a *ontologia* discute aspectos da existência e a constituição das coisas existentes – e como essas discussões sobre existência e propriedade das entidades se relacionam a características humanas mais gerais. Assim, a ontologia é o estudo filosófico do que existe e também o estudo das características das coisas existentes.

Na filosofia, a ontologia está inserida no campo da metafísica, ou seja, seria uma subdisciplina desta última. A metafísica inicialmente apareceu com Aristóteles, e hoje em dia suas questões relacionam-se a discussões sobre aspectos gerais da existência, tais como existência de Deus, essência e existência, noção de ser, etc. (Van Inwagen & Sullivan, 2018). As delimitações entre ontologia e metafísica parecem, por isso, complicadas, mas, de acordo com Hofweber (2018), as questões ontológicas são menos gerais – portanto, mais específicas –, como a existência de uma realidade.

Como aponta Psillos (2009), uma posição ontológica possível seria a posição realista – e, como define Chakravartty (2017), para a tese realista, dois aspectos são essenciais: (a) a existência de uma realidade; e (b) a independência dessa realidade com relação às práticas humanas, ou seja, a existência dos objetos é independente das práticas linguísticas, pensamento e percepção das pessoas de uma dada comunidade.

Miller (2019) descreve, ainda, dois aspectos essenciais do realismo:

Existem dois aspectos gerais do realismo, ilustrados ao se observar o mundo cotidiano dos objetos macroscópicos e suas propriedades. Primeiro, há uma alegação sobre a existência. Mesas, pedras, lua e todo o resto existem, assim como os seguintes fatos: a mesa é quadrada, a rocha é feita de granito e a lua é esférica e amarela. O segundo aspecto do realismo sobre o mundo cotidiano dos objetos macroscópicos e suas propriedades diz respeito à independência. O fato de a lua existir e ser esférica é independente de qualquer coisa que alguém diga ou pense sobre o assunto. Da mesma forma, embora exista um sentido claro de que a mesa quadrada depende de nós (ela foi projetada e construída por seres humanos, afinal), esse não é o tipo de dependência que o realista deseja negar. O realista deseja afirmar que, além do tipo mundano de dependência empírica dos objetos e de suas propriedades familiares para nós na vida cotidiana, não há outro sentido (filosoficamente interessante) no qual se pode dizer que os objetos do cotidiano e suas propriedades dependam de alguém, de práticas linguísticas, de esquemas conceituais ou qualquer outra coisa. (p. 1)

Há outras áreas do conhecimento, como a *análise do comportamento* (AC), que são constituídas por um corpo teórico fundamentado em posições filosóficas. Na AC, as premissas e bases filosóficas estão contidas no que se denomina *behaviorismo radical*, como definido por Skinner (1974):

Behaviorismo radical não é a ciência do comportamento humano, mas sim a filosofia dessa ciência. Algumas questões que ele propõe são: é possível tal ciência? Pode ela explicar cada aspecto do comportamento humano? Que métodos pode empregar? São suas leis tão válidas quanto

às da física e da biologia? Proporcionará ela uma tecnologia e, em caso positivo, que papel desempenhará nos assuntos humanos? (Skinner, 1974, p. 7)

Barnes-Holmes (2000), por exemplo, debruçou-se sobre discussões ontológicas e epistemológicas no behaviorismo radical. A posição defendida pelo autor assume que o behaviorismo radical poderia ser assumido como um behaviorismo pragmático. Apesar da mudança do nome – de “radical” para “pragmático” –, o autor afirma que todas as posições desse behaviorismo pragmático seriam derivadas do radical (Barnes & Holmes, 2000).

Para o behaviorista pragmático, não existiria a necessidade de a ciência ser uma ferramenta que assume uma posição ontológica sobre realidade independente do sujeito que conhece, porque a ontologia não é necessária para a noção de verdade no behaviorista radical: a ciência estaria ancorada na produção de ferramentas que ajudam os indivíduos a alcançarem objetivos práticos, sendo irrelevante para se a realidade existe para além das relações comportamentais e/ou se o conhecimento reflete o real (Barnes-Holmes, 2000).

Ao propor o que chama de behaviorismo pragmático, Barnes-Holmes (2000) assume três posições filosóficas principais. A primeira é de que o conhecimento é sempre comportamento em relação a alguma coisa, não é necessário assumir a posição de entidades independentes ao organismo e não existe a possibilidade de separação entre resposta e estímulo (Barnes-Holmes, 2000).

A segunda posição é a de que os estímulos interagem de maneira distinta nos organismos. Barnes-Holmes (2000) afirma que os indivíduos interatuam individualmente com os objetos – e esclarece, por exemplo, que, ao tocar um sino na presença de dois sujeitos, teríamos o sino como estímulo discriminativo produto de uma história de cada sujeito, existindo, portanto, dois estímulos. Essa posição evidentemente

contrapor-se-ia à noção da existência daquele objeto independentemente do sujeito, sendo a reação aos estímulos totalmente distinta em função da história do organismo com aquele estímulo (Barnes-Holmes, 2000).

A terceira posição é de que o cientista participa também de um fluxo comportamental e, dessa maneira, o comportamento do cientista não é um ponto especial de análise, já que o sujeito teria uma história que favorece determinadas sensibilidades a estímulos. Assim, em ciência, a verdade não é o que realmente o sujeito faz ou o que de fato aconteceu, mas o produto de uma história de reforçamento (Barnes-Holmes, 2000).

A consequência da terceira posição traz consigo um empecilho para a defesa do realismo no behaviorismo radical. Isso porque, para o behaviorista pragmático, toda atividade é produto de uma história e, dessa maneira, seu valor de verdade estaria ligado à história de reforçamento tanto do cientista quanto da comunidade científica. Dessa maneira, assumir posições ontológicas não se adequaria aos objetivos da ciência comportamental, sendo necessário eximir-se dessas discussões (Barnes-Holmes, 2000).

Barnes-Holmes (2000), porém, não é o único autor a se posicionar sobre as questões ontológicas e epistemológicas no behaviorismo radical, e haverá quem discorde de sua proposta de um behaviorismo pragmático. Na verdade, são vários os autores (Escobar & Carvalho, 2012; Schoneberger, 2016; Tourinho, 1994; Zilio, 2012; Zuriff, 1980) que analisam a proposta de Skinner em relação a questões ontológicas e epistemológicas do behaviorismo radical, com diferenças nas análises.

Zuriff (1980), por exemplo, aponta que existem desacordos em relação às questões filosóficas do behaviorismo radical. Para o autor, parecem haver duas possíveis interpretações: uma posição mais comprometida com a teoria de correspondência da verdade e outra com o pragmatismo (Zuriff, 1980).

Tourinho (1994), por sua vez, salienta que Skinner não estabeleceu sua proposta em termos de representacionismo ou pragmatismo – e que colocá-lo nessas referências, portanto, não seria possível. A única possibilidade seria discutir como o behaviorismo radical lida com termos como conhecimento, linguagem, verdade e objetividade.

Já para Zilio (2012), há interpretações concorrentes para as questões ontológicas no behaviorismo radical. De um determinado foco de análise, pragmatista e contextualista, pode-se afirmar que a AC é uma disciplina *a-ontológica*, ou seja, que se eximiria das questões ontológicas. Por outro foco de análise, pode-se, porém, interpretar posições ontológicas presentes no behaviorismo radical, como, por exemplo, a posição *fisicalista* (ver p. 24 desta dissertação, sobre a posição fisicalista).

Schoneberger (2016), discutindo o artigo de Barnes-Holmes (2000), diz existir interpretações antagonistas na área, uma vez que há, no mínimo, duas posições vigentes sobre a ontologia behaviorista. Em uma primeira, encontram-se autores mais comprometidos com uma visão realista, como Burgos (2004) e Staddon (1993), que advogam a existência de uma realidade independente do sujeito que conhece. Na segunda posição, há autores mais próximos do pragmatismo, como Barnes-Holmes (2000) e Baum (1994), que defendem a visão contrária, negando ou eximindo-se da discussão ontológica.

Para Escobar e Carvalho (2012), a discussão sobre realismo e pragmatismo no behaviorismo radical é tomada por “filiações indevidas”. Uma delas seria associar behaviorismo ao antirrealismo, por pressupor uma relação indissociável entre a tese realista e as noções mentalistas/dualistas, criticadas por Skinner (1974). Para Escobar e Carvalho (2012), essa filiação (mentalismo-realismo) pode ser equivocada, porque assumir que o realismo resulta, necessariamente, em mentalismo pode ser precipitado. Os autores acrescentam que o próprio pragmatismo pode ser entendido como uma

teoria realista, uma vez que, dentro do pragmatismo, alguns autores – segundo eles, Peirce e James – se diziam realistas no campo ontológico e pragmatistas no campo epistemológico. Dessa maneira, uma análise que parta de premissas equivocadas sobre realismo e pragmatismo pode, também, chegar a conclusões precipitadas (Escobar & Carvalho, 2012).

Segundo Chiesa (2006), o behaviorismo radical coloca-se como uma filosofia bastante coerente entre os que se assumem behavioristas. De acordo com a autora, entre as abordagens em psicologia, o behaviorismo seria a que detém maior coerência interna, desde os aspectos de definição e aceitação do objeto de estudo até aspectos da metodologia. Entretanto, essa coerência interna, entre os analistas do comportamento, pode não se difundir para aspectos ontológicos e epistemológicos específicos, como questões sobre a realidade e da verdade, o que colocaria, em alguma medida, dificuldades para essa mesma coerência.

Objetivo

Como vimos até aqui, é possível identificar diferentes posições ontológicas e epistemológicas a respeito do behaviorismo radical entre os analistas do comportamento. Há autores que apontam: (a) divergências nas interpretações sobre a noção de verdade (Zuriff, 1980); (b) dificuldades em analisar o behaviorismo radical em comparação a posições como as representacionistas e pragmatistas (Tourinho, 1996); (c) concorrência de interpretações entre autores (Schoneberger, 2016; Zilio, 2012); e (d) filiações equivocadas sobre teses filosóficas, como pragmatismo e realismo (Escobar & Carvalho, 2012). Justifica-se, portanto uma análise que mapeie as posições relacionadas à ontologia e à epistemologia no behaviorismo radical – especificamente, as posições de diferentes autores sobre a existência e a independência da realidade e sua noção de verdade.

Como afirma Dittrich (2011), uma análise filosófica em ciência comportamental significa voltar-se para questões da própria ciência (epistemologia, ontologia, ética, política) e propor uma análise do produto verbal dos autores que discutem behaviorismo radical.

Conhecer o mundo é comportar-se de certas formas em relação a ele e, portanto, a atividade científica faz parte do campo de interesses do analista do comportamento. Ao perseguir esse interesse, repita-se, um analista do comportamento está interpretando e, ao fazê-lo, age como um filósofo behaviorista radical. (Dittrich, 2011, p. 29)

Dittrich (2011) salienta, ainda, que existem três funções importantes no campo do behaviorismo radical:

- 1- além de propor descrições dos comportamentos dos cientistas/filósofos da área, o behaviorismo radical ainda orienta e prescreve determinadas práticas e

posições consideradas mais coerentes e/ou úteis; 2- dialoga com outras correntes de pensamento que se propuseram a discutir questões similares às que o behaviorismo discute, procurando influências, intercâmbios e refutações; 3- propõe análises de conceitos buscando fornecer clareza conceitual à prática e colaborando para a criação de técnicas mais eficazes. (Dittrich, 2011, p. 30)

Em vista disso, por meio de uma revisão de artigos publicados em periódicos, a presente pesquisa buscou descrever e analisar quais posições autores da análise do comportamento (AC) que discorrem sobre behaviorismo radical vêm apresentando quanto: (a) às noções relativas à existência da realidade independente do sujeito que conhece; e (b) à verdade.

Método

Seleção das Fontes

Veiculados em periódicos nacionais e internacionais, os artigos foram acessados por meio de duas bases de dados: PsycNET e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS).

A PsycNET engloba uma longa base de dados específica de artigos da psicologia desde 1900, além de cobrir praticamente todos os periódicos relacionados à AC, como *Journal of Applied Behavior Analysis* (JABA); *Journal of the Experimental Analysis of Behavior* (JEAB); *The Psychological Record*; *The Behavior Analyst*; *Behavior and Philosophy* e assim por diante.

Já a BVS é uma base que inclui a Scientific Electronic Library (SciELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), além de uma indexação de mais de 54 mil artigos.

Seleção das Palavras de Busca

O critério inicial utilizado para selecionar as palavras-chaves básicas baseou-se naquelas encontrados nos textos utilizados para elaborar a Introdução (pp. 1-8 desta dissertação) e que estavam relacionados ao problema de pesquisa. A Tabela 1 apresenta as palavras de busca utilizadas neste estudo.

Tabela 1

Palavras de Busca Utilizadas

Nº	Inglês	Português
1	Truth	Verdade
2	Realism	Realismo
3	Reality	Realidade
4	Pragmatism	Pragmatismo
5	Ontology	Ontologia
6	Epistemology	Epistemologia

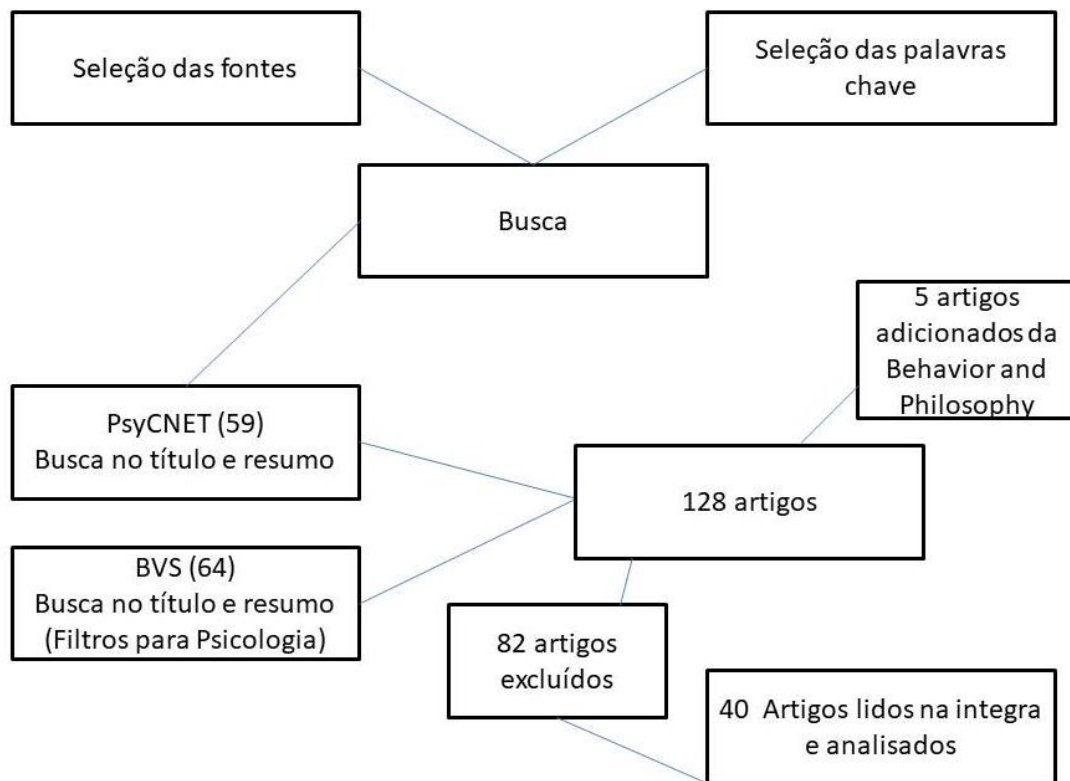
As palavras de busca foram inseridas nas bases de dados mencionadas anteriormente, na seção de busca simples, sempre com auxílio de operadores booleanos. As buscas foram feitas nos campos título, resumo e palavras-chaves dos artigos na base PsycNET, por haver essa opção. Já na BVS, foram filtrados artigos nas bases relacionadas à psicologia (MEDLINE, Index Psi Periódicos Técnico-Científicos; e Index Psi TESES), filtrando-se também os temas “behaviorismo”, “psicologia”, “comportamento”, “filosofia” e “língua portuguesa”. As buscas foram feitas nos campos título, resumo e assunto. A coleta totalizou 59 artigos na PsycNET e 64 na BVS, totalizando 123 artigos.

Em ambas as bases, PsycNET e BVS, a instrução de busca associou as expressões “behaviorismo radical” em inglês e português às outras palavras de busca deste estudo (Tabela 1); por exemplo, “behaviorismo radical” e “verdade”; ou “radical behaviorism” e “truth”. A instrução completa de busca foi: “ti:(radical behaviorism OR behaviorismo radical AND realism OR realismo OR truth OR verdade OR reality OR realidade OR pragmatism OR pragmatismo OR ontology OR ontologia OR epistemology OR epistemologia)”.

Além disso, por uma busca informal realizada anteriormente à realização da coleta a fim de validar metodologias de pesquisas no periódico *Behavior and Philosophy* verificou-se que cinco artigos importantes para o problema de pesquisa não estavam incluídos. Esses foram, então, adicionados para análise e leitura completa, para a seleção final. O *corpus* inicial deste estudo, portanto, contou com um total de 128 artigos. Na Figura 1, na página seguinte, apresenta-se um fluxograma do processo de busca e seleção dos artigos.

Figura 1

Fluxograma do Processo de Busca e Seleção de Artigos



Seleção dos Artigos

Os resumos dos 128 artigos coletados foram primeiramente lidos para averiguar a relação com o problema de pesquisa. Foram selecionados os artigos relacionados a posições presentes no behaviorismo radical sobre temas relacionados a epistemologia e ontologia, especificamente sobre verdade, existência da realidade e independência da realidade em relação ao sujeito que conhece.

Nos artigos que, eventualmente, não ofereciam, no resumo, informações suficientes para avaliar se os temas eram contemplados, utilizou-se o recurso de busca de palavras no artigo, para identificação de trechos que continham as palavras de busca e, a partir deles, avaliar se o artigo expunha ou não posições relativas ao problema de pesquisa. Além disso, foram aceitos apenas artigos na língua inglesa ou portuguesa. Um

artigo ainda foi excluído pela impossibilidade do seu acesso na revista – segundo a própria revista, esse artigo foi excluído. O processo resultou na seleção final de 40 artigos.

A Figura 2 ilustra um artigo que foi excluído mediante tal processo. Nesse caso, o artigo contém as palavras-chave selecionadas no corpo do texto, mas, após uma leitura de seu título e resumo, constatou-se que não estabelecia referência ao problema de pesquisa.

Figura 2

Exemplo de Artigo Excluído do Estudo, a partir do Título e Resumo

Possíveis relações entre o contexto histórico e a recepção do behaviorismo radical

Tipo	Artigo de periódico
Autor	Robson Nascimento da Cruz
URL	http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000300004
Volume	30
Edição	3
Páginas	478-491
Título da publicação	Psicol. ciênc. prof
Data	Setembro 2010
Abreviatura do periódico	Psicol. ciênc. prof
Catálogo de biblioteca	http://bvsalud.org/
Idioma	pt
Resumo	O artigo discute a recepção do behaviorismo radical, em especial, na década de 70, e busca relacionar a polêmica em torno de algumas noções skinnerianas acerca da liberdade e da dignidade divulgadas no livro Para Além da Liberdade e Dignidade. Essa discussão foi orientada por três conjuntos de questões: a) a incompatibilidade entre alguns aspectos históricos e a definição behaviorista radical de liberdade e dignidade; b) os problemas em identificar o behaviorismo radical como uma abordagem solidária com os pressupostos de uma ideologia liberalista; c) a linguagem utilizada por Skinner como fonte de problemas. Por fim, são discutidos as limitações e os problemas envolvidos em tentativas de esclarecimentos de possíveis mal-entendidos acerca do behaviorismo radical. Ao mesmo tempo, demonstra-se que a recepção do behaviorismo radical é perpassada por aspectos além daqueles relacionados à validade interna do sistema explicativo skinneriano, e que discordâncias acerca dessa abordagem nem sempre podem ser explicadas como desconhecimento e equívocos sobre a mesma....(AU)
Arquivo	LILACS
Data de adição	05/07/2019 11:28:21
Data de modificação	05/07/2019 11:28:21

A Figura 3 ilustra o inverso. Nesse caso, o artigo também contém algumas das palavras de busca no resumo, no corpo do texto e/ou nas referências. Além disso, demonstrou relação com o problema de pesquisa.

Figura 3

Exemplo de Artigo Incluído no Estudo

Antirealist Arguments in Behavior Analysis

Tipo	Artigo de periódico
Autor	François Tonneau
URL	http://www.jstor.org/stable/27759508
Volume	33
Páginas	55-65
Título da publicação	Behavior and Philosophy
ISSN	10538348, 19433328
Data	2005
Resumo	[Some operant theorists have argued that the most fundamental concepts of behavior analysis have antirealist implications: for example, that stimuli have no physical properties, that we have no epistemic access to a physical world, that the world exists only in behavior, and that we are locked in our behavior. In this article, I show that such beliefs do not derive from behavior analysis. In particular, the concepts of stimulus and response employed in behavior analysis have no antirealist implications. Putative proofs to the contrary are seriously confused.]
Arquivo	JSTOR
Data de adição	17/02/2019 17:41:44
Data de modificação	17/02/2019 17:41:44

Nota. Os trechos destacados explicitam aspectos que controlaram a inclusão do artigo.

Procedimento de Análise

Todos os artigos selecionados foram armazenados no programa Zotero (2006), no qual foram organizadas algumas características importantes: título do artigo, autor, instituição, periódico e ano de publicação.

Após a coleta e seleção dos artigos, eles foram lidos na íntegra. A partir da leitura, iniciou-se a primeira etapa de análise, que foi a listagem de trechos selecionados. Foram selecionados trechos que envolveram:

(1) Levantamento dos principais conceitos do texto, aqueles que se relacionavam com o problema de pesquisa. Essa etapa foi realizada por meio de grifos e enumerações das definições – destacando, literalmente, as definições e citando página e parágrafo nos quais foram encontradas (Tabela 2).

Tabela 2

Exemplo da Primeira Etapa do Procedimento com Artigo de Zilio (2012)

Conceito	Trechos
Ontologia	Lowe (1995) sustenta que a ontologia é o ramo da metafísica que lida com questões “tais como a da natureza da existência e a da estrutura categórica da realidade” (p. 634). Sendo assim, tratar da ontologia do comportamento implica discorrer sobre a sua natureza essencial, ou seja, sobre as propriedades essenciais à sua existência. (§ 3, p.109)
Relacionismo radical	A partir de análises “pragmatistas” e “contextualistas pepperianas”, extraiu-se do behaviorismo radical qualquer posição ontológica substancialista (Abib, 2001, 2004; Barnes & Roche, 1994, 1997; Barnes-Holmes, 2000, 2005; Baum, 1994/1999; Hayes, 1997; Krägeloh, 2006; Leigland, 2004). Para esses autores, o behaviorismo radical estaria fundado numa <u>ontologia relacionista</u> , de acordo com a qual <u>a única propriedade relevante para a existência do comportamento é a própria relação que o define</u> . Como resultado, nas palavras de Abib (2001), “[...] o fisicalismo ontológico é estranho ao behaviorismo radical. Logo, não há alternativa a não ser radicalizá-lo e eliminar de seu corpo teórico o fisicalismo ontológico e de seu vocabulário os termos comprometidos com essa ontologia” (p. 31). Denominaremos aqui essa posição de “relacionismo radical”. (§2, p. 109) Para o relacionismo radical, não há sentido em postular que a realidade é constituída por substância física. Tampouco há sentido em defender que a realidade é constituída por substância mental. Em última instância, pode-se dizer que a realidade seria pura relação comportamental. (§2, p. 110)
Ontologia substancialista	O problema da ontologia substancialista estaria em sua aparente desconsideração pela natureza relacional do comportamento (Abib, 2001, 2004; Barnes & Roche, 1997; Baum, 1994/1999). E isso seria um problema porque <u>a ontologia substancialista é característica inextrincável do fisicalismo</u> . (§ 3, p. 109)
Fisicalismo	O fisicalismo é constituído por três teses (...). <u>A “tese central” fisicalista consiste na suposição de que o único mundo que existe, o único mundo que é real, é o mundo físico</u> . Há duas teses auxiliares que acompanham a tese central. A primeira delas é a “tese da constituição”, de acordo com a qual <u>o mundo físico é o mundo dos eventos físicos</u> , que, por sua vez, são constituídos por entidades microfísicas em si ou por entidades macrofísicas realizadas /compostas /constituídas por entidades microfísicas. <u>E a segunda delas é a “tese da causalidade”, segundo a qual os eventos físicos possuem propriedades físicas e são essas propriedades as responsáveis</u> pelas relações causais no mundo físico, o que significa que todo evento-efeito físico possui um evento-causa físico suficiente para sua ocorrência (...). A tese central do fisicalismo é o que denominaremos aqui de “ontologia substancialista”. A tese da constituição, por sua vez, indica a definição de substância com a qual iremos trabalhar: a substância de algo é o que o constitui. (§ 3, p. 109-110)

- (2) Levantamento de trechos em que o autor do artigo faz críticas à proposta de Skinner ou de algum analista do comportamento e suas respectivas observações. Nesse caso, o procedimento de grifos e enumerações de críticas listou: (a) as posições criticadas; e (b) as críticas que o autor do artigo faz (Tabela 3).

Tabela 3

Exemplo da Segunda Etapa do Procedimento

Zilio, D. (2012). Relacionismo substancial: a ontologia do comportamento à luz do behaviorismo radical. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28(1), 109–118.

Posição que o autor critica	Crítica que o autor faz
Reduzir o behaviorismo a uma só posição ontológica	<p><u>Parece</u> existir certa ambiguidade na obra de Skinner no que tange à ontologia substancialista. Por um lado, em diversos momentos o autor faz questão de salientar que o comportamento é constituído por substância física (...), ao passo em que, por outro lado, também supostamente nega sua relevância no estudo do comportamento (...). (§ 4, p. 110).</p> <p><u>[Passagens de Skinner que parecem sugerir uma posição crítica à ontologia substancialista.] Conforme veremos a seguir, tais passagens não suportam necessariamente essa conclusão, mas apenas reafirmam o caráter relacional que define o comportamento e o aspecto prático por detrás da filosofia da ciência behaviorista radical.</u> (§ 5, p. 110)</p> <p>Mas é na tese da causalidade que encontramos o problema do fisicalismo: supor que as relações causais entre eventos devam ser explicadas pelas propriedades físicas substanciais que os compõem; idéia essa que é incompatível com o relacionismo skinneriano (Abib, 2001, 2004; Chiesa, 1994; Kitchener, 1977; Moore, 2008; Zilio, 2009). (§ 1p. 110)</p> <p>Em síntese, as explicações do comportamento devem ser buscadas na história filogenética e ontogenética do organismo (Skinner, 1981, 1988). Elas não estão dentro do organismo. <u>É evidente que um organismo que carrega consigo a história filogenética de sua espécie e que passou por uma história ontogenética singular é um organismo fisiologicamente modificado. Mas a explicação do comportamento não está na estrutura que compõe o organismo, invariavelmente caracterizada como algo que está dentro dele, mas sim na própria história.</u> Não é relevante se o agente interno seja “mental cartesiano” ou “mental cerebral”, pois as explicações estão na história filogenética e ontogenética do organismo – elas estão no comportamento enquanto processo relacional. Isso significa que <u>não importa se a substância que compõe a “mente” possui natureza própria</u>, tal como Descartes defendia; <u>tampouco importa se a substância que compõe a “mente” seja física, tal como os fisicalistas supõem.</u> Afinal, ambas as alternativas estariam erradas em sugerir que as causas do comportamento estão dentro do organismo. (§2, p.112)</p>

- (3) O levantamento das alternativas que o autor do artigo analisado faz para as posições criticadas (Tabela 4).

Tabela 4

Exemplo da Terceira Etapa do Procedimento

Zilio, D. (2012). Relacionismo substancial: A ontologia do comportamento à luz do behaviorismo radical. <i>Psicologia: Teoria e Pesquisa</i> , 28(1), 109–118
Alternativas propostas pelo autor (parágrafo/página)
A tese defendida neste ensaio, portanto, é a de que a substância e a relação devem ser imanentes na ontologia behaviorista radical. Tais categorias não devem ser vistas como disjuntivas, pois não há incompatibilidade, ameaças ou concorrência entre elas; pelo contrário, há complementaridade. Enfim, o nosso objetivo era desvendar o posicionamento ontológico acerca do comportamento mais condizente com o behaviorismo radical. Tal ontologia pode ser assim exposta: o comportamento é relação, mas é relação que ocorre no mundo físico. Não há comportamento sem relação, pois comportamento é relação, mas, por outro lado, não há relação sem substância. A essa tese ontológica sugere-se o nome de relacionismo substancial. (§5, p. 116)

Como produtos desta Etapa 3, foram produzidos uma listagem dos conceitos, críticas e posições alternativas às críticas identificadas nos artigos analisados, as quais foram destacadas e rotuladas dentro do próprio texto de cada autor, com auxílio do programa FOXIT Reader. Os destaques eram rotulados de acordo com as três etapas.

Após a primeira etapa, os dados de cada artigo foram relacionados de acordo com suas posições sobre ontologia e epistemologia. Foram analisadas especificamente, nas posições ontológicas, as discussões sobre a existência da realidade e independência da realidade em relação ao sujeito que conhece para o behaviorismo radical. Foram consideradas, nas posições epistemológicas, as discussões relacionadas a como cada autor analisava a noção de verdade para o behaviorismo radical. Em seguida, construíram-se análises com as similaridades e diferenças entre cada artigo: os artigos foram colocados relacionados no texto de acordo com suas similaridades mediante a categoria de análise citada e contribuía para responder às questões desta pesquisa.

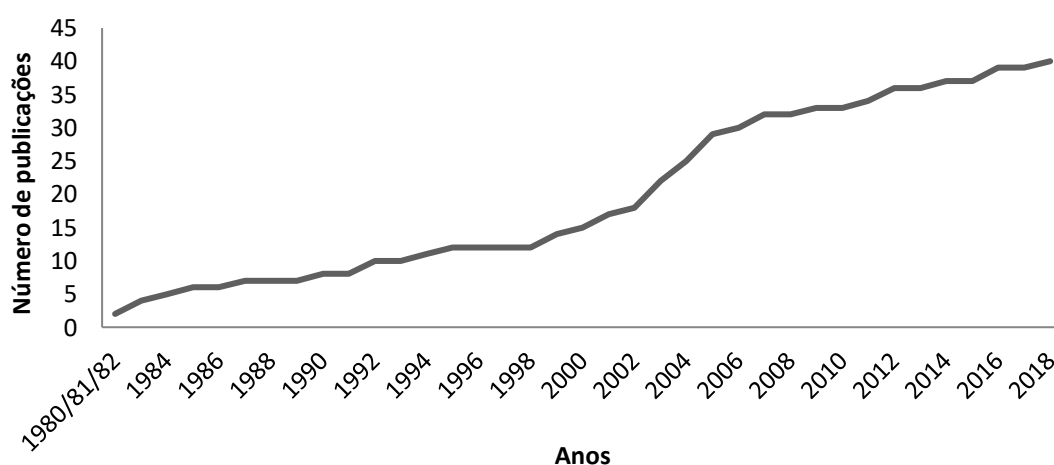
Resultado e Discussão

O número de artigos selecionados foi representado em uma curva acumulada ao longo dos anos, na Figura 4, totalizando 40 artigos. Percebe-se claramente que, após os anos 2000, a curva passa a sofrer alguns picos de aceleração.

Até 1999, existiam 15 artigos publicados que abordavam as temáticas de acordo com os critérios desta pesquisa. Após esse período, a somatória de artigos passou para 27, quase dobrando o número de publicações em relação aos 20 anos anteriores, apesar de haver uma desaceleração na última década. O pico de publicação aconteceu nos anos 2000 a 2009, com forte aceleração na curva de publicação.

Figura 4

Curva Acumulada das Publicações durante os Anos



As publicações foram veiculadas em 17 periódicos. Os periódicos que mais publicaram foram *Behavior and Philosophy* (oito artigos), *The Behavior Analyst* (sete), *Psicologia: Teoria e Pesquisa* (cinco) e *Behaviorism* (4). A maioria dos artigos é internacional, publicada em inglês. A Tabela 5 traz a quantidade de artigos por periódicos encontrados.

Tabela 5*Periódicos Encontrados na Pesquisa*

Periódicos	Quant.
Behavior and Philosophy	8
The Behavior Analyst	7
Psicologia: Teoria e Pesquisa	5
Behaviorism	4
Acta Comportamentalia	2
Revista Brasileira Terapia Comportamental e Cognitiva	2
The Behavior Analyst Today	2
Behavior Theory and Philosophy	1
Behavior Therapy	1
Behavior and Social Issues	1
JEAB	1
Psicologia	1
Psicologia: Reflexão e Crítica	1
Psychological Bulletin	1
Revista Latino-Americana de Psicologia	1
Revista Mexicana de Análisis de la Conducta	1
The Psychological Record	1

Foram identificados, nesta pesquisa, 35 autores. Apenas três autores publicaram mais de dois artigos: (a) Emmanuel Zagury Tourinho (Endemann & Tourinho, 2007; Tourinho, 1987, 1994, 2011; Tourinho & Neno, 2003); Sam Leigland (Leigland, 1999, 2003, 2004) e Laurenti (Leão et al., 2016; Laurenti, 2012; Laurenti & Lopes, 2009). Outros sete autores publicaram duas vezes, e 25 publicaram uma única vez. Esses dados sugerem certa dispersão entre as publicações sobre a temática, mas recorrência entre alguns autores (Tabela 6).

Tabela 6*Autores com mais de Uma Publicação no Estudo*

Autores	Quant.
Tourinho, E. Z.	5
Laurenti, C.	3
Leigland, S.	3
Burgos, J. E.	2
Lamal, P. A.	2
Lopes, C. E.	2
Malone, J. C.	2
Moxley, R.A.	2
Ruiz, M. R.	2
Tonneau, F.	2

Ontologia

Vinte e um dos 40 artigos abordaram questões referentes à ontologia, especificamente sobre a existência de uma realidade e sua independência em relação ao sujeito que conhece, sendo que 17 dos 35 autores discutiram sobre essas questões. Os resultados são assim apresentados: (a) em primeiro lugar, a posição dos autores sobre a existência da realidade; e (b) em segundo, sobre o aspecto da independência da realidade em relação ao sujeito que conhece.

As posições que discutiam a existência da realidade acabaram por serem classificadas nas que assumiam, negavam ou abdicavam da discussão sobre a existência da realidade. Um dos autores que afirmou que a discussão ontológica devia ser abdicada foi Barnes-Holmes (2000), que propôs um behaviorismo denominado pragmático. Nesse behaviorismo, não existiria a necessidade de a ciência ser uma ferramenta que assume uma realidade independente, que não seria necessária para a noção de verdade. A ciência estaria ancorada na produção de ferramentas que ajudam os indivíduos a alcançarem objetivos práticos, e é irrelevante para se a realidade existe externamente à relação comportamental (Barnes-Holmes, 2000).

No behaviorismo pragmático, o conhecimento é sempre comportamento em relação a alguma coisa, ou seja, não se diz que existem coisas físicas independentes. Também não existe uma separação entre resposta e estímulo (Barnes-Holmes, 2000). Essa argumentação coloca em dúvida a existência de uma realidade independente.

Ainda mais, para Barnes-Holmes (2000), o comportamento do cientista não é dotado de uma capacidade especial de análise, já que, como outros comportamentos, está sujeito a uma história de reforçamento. Dessa maneira, pode-se assumir que o cientista não descobre leis, mas está em interação com as contingências (Skinner, 1968, citado por Barnes-Holmes, 2000). A consequência de assumir que o cientista não é dotado de um ponto especial de análise coloca em dúvida a noção realista no behaviorismo. Para o behaviorista pragmático, toda atividade é produto de uma história e seu valor de verdade estaria ligado à sua predição e controle dos eventos que se afirmam, eximindo-se o behaviorista de uma discussão sobre a existência ou independência com a realidade (Barnes-Holmes, 2000).

Apesar dessas afirmações, Barnes-Holmes (2005) assume que as suposições epistemológicas e ontológicas seriam desnecessárias. Para o autor, essa posição “neutra” traria consigo uma maneira de superar as dificuldades filosóficas enfrentadas tanto por posições mais realistas quanto mais antirrealistas: para ele, o behaviorismo radical não seria, portanto, antirrealista, mas *a-ontológico*. O autor adota, ainda, o que chama de neutralidade em relação aos aspectos da existência ou não da realidade.

Se falamos de um universo físico real, estamos dizendo que os estímulos têm alguma forma de existência além do nosso comportamento; contradiz claramente a epistemologia comportamental, na qual não pode haver estímulos (isto é, um universo físico) se não houver organismos que ofereça respostas que definam esses estímulos. (Barnes & Roche, 1994, p. 165)

Outra posição que abdicou de discutir aspectos ontológicos e é semelhante à posição a-ontológica de Barnes-Holmes é a de Krägeloh (2006). O autor também afirma que as discussões sobre a ontologia deviam ser colocadas de lado, minimizadas, buscando-se enfoque nos objetivos da ciência da análise do comportamento, como a previsão e o controle do comportamento.

Assumir posições ontológicas traria à AC preconceitos e incompreensões por parte da comunidade. Além disso, de acordo com Krägeloh (2006), questões relativas à ontologia são apenas prescrições metodológicas de como conduzir a análise do comportamento. Uma posição a-ontológica, ou seja, que se exime dessas discussões – como, por exemplo, a noção de realidade – pode ser melhor para a área.

Além disso, apesar de seu *monismo*, no sentido de conceber a existência de apenas um mundo material em oposição à teoria dualista, que concebe a existência de um mundo material e mental, para Krägeloh (2006), não é necessário afirmar, no behaviorismo, que tal mundo seria físico.

Em uma rara ocasião, Skinner (1945) expressou uma forma mais geral de monismo que não postulam explicitamente uma dimensão física: “Falta a hipótese comportamental ousada e empolgante que o que se observa e fala é sempre o mundo ‘real’ ou ‘físico’ (ou pelo menos o ‘único’ mundo)” (pp. 292-293). Como o monismo pressupõe que o mundo consiste em apenas uma única substância não há necessidade de insistir em termos específicos para essa dimensão. Se dizemos que tudo é espiritual (Berkeley, 1710/1962), que tudo é Deus (Spinoza, 1677/1930), ou mesmo que tudo é água (Malone et al., 2003) é irrelevante. “Para o behaviorismo, como para o idealismo berkleiano, não há separação entre um grupo de fatos, chamado mental, e outro grupo de fatos, chamado físico ou material (MacKinnon, 1928, p. 356)”. Uma pessoa feita de

substância espiritual não pode sair de seu próprio corpo, fluxo comportamental ou mundo para confirmar que tudo é espiritual. (Krägeloh, 2006, p. 329)

Por associar o realismo à existência de dois mundos, um mental e um físico, Abib (1999) discute que não existe a necessidade de assumir a existência de uma realidade: se assumirmos a proximidade de Skinner com o pragmatismo, isso o distanciaria das concepções tradicionais em filosofia, como o realismo.

Dessa maneira, Barnes-Holmes (2000, 2005), Krägeloh (2006) e Abib (1999) assumiram que a existência da realidade não seria necessária para o behaviorismo radical. Para Abib (1999), o Behaviorismo Radical não afirmaria da existência da realidade, pois isso não estaria próximo do pragmatismo; e Barnes-Holmes (2000, 2005) e Krägeloh (2006) abdicam da discussão.

Posições identificadas com a existência de um mundo físico foram observadas em Creel (1980), que chamou a posição behaviorista radical de materialismo filosófico. Apesar de o autor concordar em parte com Abib (1999) sobre a oposição do behaviorismo à existência de dois mundos (mental e físico), Creel (1980) *assume* a existência de um mundo de natureza física.

Moore (1985), por sua vez, acrescenta que o monismo do behaviorismo radical pode aproximar-se do realismo e outros “ismos”, como também pode ser uma posição distinta. Apesar da adoção de uma posição mais *fisicalista* (existência de um mundo físico) por parte do behaviorismo radical, existiria uma distância para com uma posição *realista*, que, segundo Moore (1985), assume necessariamente a existência de dois mundos um mental e outro físico.

Burgos (2004), por seu turno, afirma que as posições ontológicas são importantes, embora mais escassas que as discussões epistemológicas no behaviorismo radical. Para o autor, essa escassez pode ser um problema, já que a filosofia da ciência

ficaria incompleta, dado que, para ele, aspectos epistemológicos e ontológicos andam juntos. Uma ontologia sem epistemologia, ou com uma epistemologia defasada, pode gerar as questões indesejáveis enfrentadas pela filosofia do positivismo lógico (Burgos, 2004).

Quanto à defesa da existência da realidade, Burgos (2004) discute que o behaviorismo, na tentativa de estabelecer uma ciência, adotou um argumento em favor da tese de que os eventos ditos “mentais” teriam o mesmo *status* ontológico dos eventos físicos. Essa suposição, de acordo com Burgos (2015), ainda assumiu que esses eventos privados não teriam papel causal inicial no comportamento humano e teriam, de alguma maneira, força discriminativa no comportamento.

Entretanto, para o autor, ao assumir que esses eventos não possuem papel causal não justificaria metafisicamente o estudo dos eventos privados pelo behaviorismo radical, mas apenas pela neurociência. Isso porque, se a diferença entre os eventos privados e públicos seria pela questão do acesso, e os eventos privados não são causa do comportamento, não se justificaria um estudo comportamental desses mesmos eventos (Burgos, 2004).

Para Burgos (2004), além de uma defesa da existência da realidade, faz-se necessária, portanto, uma discussão ontológica/metafísica sobre os eventos privados como comportamento existente. O autor afirma que, em algum grau, o evento privado precisaria ser tomado como evento existente, o que é diferente de apenas assumi-lo enquanto físico e sem *status* causal.

Essa retomada sobre a importância da ontologia também é salientada por Escobar (2014), que afirma o *status* ontológico do behaviorismo radical enquanto materialista: na sua definição, o behaviorismo aceitaria a existência de um só mundo, e *este seria material*. De acordo com autor, o behaviorismo radical aceitaria a existência

de uma única realidade pelo indício da sua ampla negação dos aspectos mentais (*eliminativismo*) negando, porém, não a existência de um mundo físico, mas a do mundo mental (Escobar, 2014).

Já Leigland (2004) não deixa clara sua posição sobre a existência da realidade. Apesar disso, afirma que análises sobre o behaviorismo radical são extensas e complexas, e, quando o relacionamos, por exemplo, ao pragmatismo, podemos cair em armadilhas pela amplitude desse sistema filosófico – e a depender do enfoque e de qual pragmatismo se fala, as concepções sobre verdade, realidade e ciência se alteram.

Leigland (2003) aponta, ainda, críticas ao artigo de Barnes-Holmes (2000), colocando alguns empecilhos às conclusões a que esse autor chegou, pois, para Leigland (2003), a realidade pode existir no pragmatismo filosófico: opor realidade e pragmatismo não é generalizável para o pragmatismo como um todo.

Para O’Donohue e Smith (1992), fica evidente a concordância com a existência do mundo. Os autores, inclusive, satirizam aqueles que acreditam na não existência do mundo, mas creem na existência do organismo. Para O’Donohue e Smith (1992), as críticas à noção realista, tanto da existência quanto da independência da realidade, “foram constantemente defendidas por filósofos influentes, como Quine (1973), Harr (1970), Goldman (1986) e Popper (1972, 1983)”.

Outro aspecto importante de ser salientado é que, apesar da proximidade do behaviorismo radical com o pragmatismo, não necessariamente se conclui uma posição de negação da realidade. Neste estudo, isso foi observado em vários autores (Malone, 2001; Moxley, 2002; Schoneberger, 2016).

A noção de existência da realidade é afirmada por Moxley (2002), ao dizer que Skinner, assim como Peirce, eram realistas no sentido de conceber a existência de um mundo material. Conforme Colleman citado por Moxley (2002), apenas em 1935,

Skinner abandonaria uma posição nominalista, quando passa a definir a noção de estímulo e resposta não mais em termos de instância, mas em termos de classes.

O comportamento potencial é um comportamento que seria o caso, que realmente ocorreria, nas circunstâncias previstas. A rejeição de Skinner ao nominalismo pelo realismo é mais indicada nas notas de um aluno de seu curso em 1947. Nessas notas, Skinner usou explicitamente o termo nominalista ao rejeitar essa abordagem do comportamento verbal (Hefferline, 1947 p. 53). Em vez disso, Skinner firmou o valor de possíveis atos e uma concepção probabilística de comportamento verbal. (Moxley, 2002, p. 205)

Moxley (2002) continua discorrendo sobre esse aspecto ontológico, já que, de acordo com o autor, Skinner e Peirce eram similares em como ambos definiam a realidade. Para Peirce, a realidade seria uma entidade que só poderia ser conhecida a partir de uma comunidade, o que seria muito próximo de Skinner

Skinner (1957) enfatizou o papel da comunidade no desenvolvimento do comportamento verbal. Falando das relações entre orador e ouvinte, Skinner (1989) disse: “Temos considerado um tipo de superorganismo, cuja primeira metade ganha quando a segunda metade atua no mundo, e a segunda metade ganha quando a primeira metade faz contato com esse mundo” (p. 45). Quanto aos “eus” deste superorganismo ou desta comunidade, acredito estar sempre incompleto. (Moxley, 2002, p. 207)

Malone (2001) relaciona o pragmatismo de Willard Quine com o behaviorismo radical, denominado esse pragmatismo de *neopragmatismo*. Para Malone (2001), tanto Skinner quanto Quine defendem a existência de um mundo físico, apesar de ambos entenderem que esse mundo é contingente à interação com organismo, ou seja, dependente do sujeito que conhece.

Quine, como Skinner, assumiu a existência de uma realidade física objetiva, embora não fosse de modo algum um monista materialista ou um dualista cartesiano. No *Word and Object* (1960), ele gostava claramente de se referir a “irritações da superfície” ou base física para as sensações, como equivalente ao que poderíamos chamar de “experiência”. (Malone, 2001, p. 69)

Já Schoneberger (2016) associa o pragmatismo de Rorty com o behaviorismo radical e defende uma posição em favor da verdade. Nesse caso, a existência da realidade se daria pela substância e a materialidade das coisas, desde árvores até partículas invisíveis a olho nu.

Além da possibilidade da defesa da existência da realidade em tradições filosóficas como o pragmatismo, Staddon (2003) defende que a existência da realidade seria uma condição para ciência. Seu argumento é baseado em duas perguntas, “como fazer ciência se a realidade pode mudar caprichosamente a depender dos objetivos? E como resolver questões controversas se a noção de verdade está ligada não à realidade, mas ao que funciona?” (Staddon, 2003, p. 133). Staddon, ao discutir a realidade, sugere que por vezes a noção pragmatista de James é tomada como antirrealista, quando de fato pode ser precipitado. De acordo com o autor, James não ignora a existência de uma realidade. (Schoneberger, 2016, p. 75)

Na defesa de uma realidade física, Zilio (2012) pontua que a oposição entre uma visão contextualista e uma visão que ele chama fisicalismo são equivocadas, até porque, na sua visão, as duas teses metafísicas são importantes e complementares. O autor afirma que a posição behaviorista radical seria o que ele chama de um *relacionismo substancial*.

A tese defendida neste ensaio, portanto, é a de que a substância e a relação devem ser imanentes na ontologia behaviorista radical. Tais categorias não devem ser vistas como disjuntivas, pois não há incompatibilidade, ameaças ou concorrência entre elas; pelo contrário, há complementaridade. Enfim, o nosso objetivo era desvendar o posicionamento ontológico acerca do comportamento mais condizente com o behaviorismo radical. Tal ontologia pode ser assim exposta: o comportamento é relação, mas é relação que ocorre no mundo físico. Não há comportamento sem relação, pois comportamento é relação, mas, por outro lado, não há relação sem substância. A essa tese ontológica sugere-se o nome de relacionismo substancial. (Zilio, 2012, p. 116)

Tal posição, então, poderia ser interpretada da maneira que, mesmo concebendo a existência de um mundo físico, este mundo teria características relacionais. Essa posição, de alguma maneira, aproxima-se à de Tonneau (2005a), que afirma não haver incompatibilidade entre a existência de um mundo físico e a visão relacional do behaviorismo.

Para Tonneau (2005a), apesar de os objetos externos (estímulos, mundo, tudo que não é organismo) possuírem características relacionais, essas características não são essenciais para existência do objeto, mas as relações estabelecidas são ontologicamente independentes (Tonneau, 2005a). Uma pedra existir ou não é independente de ela ser arremessada ou usada como peso de porta, dependendo de uma ação do organismo.

Segundo o autor, as propriedades físicas não podem ser excluídas quando se afirma que o behaviorismo radical é relacional, pois a existência dos objetos é definida por algumas propriedades essenciais, e, desse modo, a relação entre estímulo e resposta não invalida a existência do objeto.

Para consertar ideias, assumo que John e Lisa são casados. Se eles se divorciaram, John perderia a propriedade do relacionamento, a de ser casado. Mas as propriedades de John não necessariamente mudariam através do divórcio; seu tipo sanguíneo e data de nascimento, por exemplo, não mudariam nada. Além disso, a propriedade de casar-se não é constitutiva de João, uma vez que João pode se divorciar sem deixar de ser João (apesar de deixar de ser casado). (Tonneau, 2005a, p. 57)

Tonneau (2005b) é ainda mais enfático ao afirmar que as posições a-ontológicas ou antirrealistas, que assumem a não existência do mundo, seriam bizarras. De acordo com Tonneau (2005b), as posições de Barnes-Holmes são equivocadas e careceriam de uma argumentação mais profunda. Para o autor, os behavioristas radicais, de alguma maneira, comprometer-se-iam majoritariamente com o realismo (Tonneau, 2005b).

Ainda de acordo com Tonneau (2005b), Barnes-Holmes teria abdicado de conceitos muito sólidos na área, como a noção de que os indivíduos descrevem eventos externos à resposta, defendida por Skinner para contrapor uma opinião pessoal que careceria de mais argumentação (Tonneau, 2005b). O autor critica também a ideia de que não é necessário assumir a existência de uma realidade, já que Barnes-Holmes (2000) assumiu que a noção de estímulos é estritamente técnica e funcional – e, por exemplo, em uma discriminação com uma luz vermelha, do ponto de vista funcional, existiriam dois estímulos.

No exemplo do semáforo (no qual Barnes e Roche assumiram que havia um vermelho antes de concluir que ‘em certo sentido’ havia dois), Barnes-Holmes afirma que sua análise não foi ontológica, mas ‘técnica’. Eu posso apenas supor que tenhamos diferentes padrões de tecnicidade. Ele repete que a “existência ontológica” de um estímulo como uma luz vermelha é irrelevante para o

comportamento em análise e o que importa é a função discriminativa. Como eu aponte e como o próprio Barnes-Holmes explica, no entanto, a fim de estudar a discriminação das funções de um estímulo, é preciso manipular o último, e um estímulo que não existe não pode ser manipulado. (Tonneau, 2005b, p. 83)

Para Tonneau (2005b), portanto, não faria sentido negar a existência da realidade. Mesmo que se assuma como noção a relação no behaviorismo, é necessário também assumir a existência da realidade, pois não haveria relação sem propriedade mais fixas.

De maneira geral, as posições sobre a defesa da existência da realidade foram feitas por Moore (1985), Burgos (2004), Creel (1980), Escobar (2014), Leigland (2003, 2004), O'Donohue e Smith (1992), Moxley (2002), Malone (2001); Staddon (2003), Zilio (2012) e Tonneau (2005a, 2005b). Negações da existência da realidade foram encontradas apenas em Abib (1999), enquanto outros autores (Barnes-Holmes, 2000, 2005; Krägeloh, 2006) afirmaram-se neutros quanto à ontologia e, em alguma medida, também neutros quanto à existência da realidade.

Entretanto, a existência de uma realidade não asseguraria que essa é conhecida de maneira independente pelo sujeito (O'Donohue & Smith, 1992). Por esse motivo, apesar de alguns autores defenderem a existência da realidade, ocorreram discussões sobre sua independência.

Como aponta Schoneberger (2016) existem dois tipos de independência da realidade. A primeira é a noção extrínseca, que assume que os objetos externos existiriam de maneira independente da existência humana; por exemplo, a existência de pedras ou animais. Entretanto, existiria um segundo aspecto da noção de independência, os aspectos intrínsecos, que corresponderiam às descrições verbais, nomes dados as coisas, entre outras descrições.

Para Rorty, citado por Schoneberger (2016), tais aspectos intrínsecos não poderiam possuir independência, porque são aspectos sempre relacionais. Schoneberger (2016) afirma que, dessa perspectiva, a descrição da realidade sempre seria contingente a aprendizados, aspectos culturais e, portanto, mesmo uma descrição estaria, de alguma maneira, dependente das práticas e aprendizados – nunca descrevendo um estado puro da realidade.

Como crianças (e continuando na idade adulta), nos tornamos cada vez mais bem-sucedidos na distinção precisa entre os objetos da realidade. Dado esse sucesso, nossa precisão de discriminar os objetos da realidade não pode ter implicado a realidade dos objetos em suas próprias articulações, porque essas articulações (se existirem) são desconhecidas para nós. Em vez disso, esculpimos nossas próprias articulações da realidade. Qualquer vocabulário descritivo que empregamos geralmente traz consigo os padrões de uso que determinam quando esculpimos a realidade contingente corretamente. (Schoneberger, 2016, p. 231)

Outro ponto é que, apesar de Zilio (2012) e Tonneau (2005a) argumentarem em prol de uma relação de concordância entre a existência da realidade e a noção de relação entre os estímulos, outros autores, como Ruiz e Roche (2007) e Pompermaier e Lopes (2016), asseguram certa incompatibilidade da visão relacionista do behaviorismo radical e a independência da realidade para o sujeito que conhece.

Ruiz e Roche (2007) parecem ter uma posição próxima à de Schoneberger (2016), já que, na visão desses autores, quando se assume uma realidade independente, separar-se-iam sujeito e objeto. As autoras pontuam que as teses da ciência não são sobre a realidade, mas relacionadas a comportamentos verbais de outros cientistas – não uma correspondência entre o que se fala e o real.

A epistemologia behaviorista radical tem uma qualidade fenomenológica, como Morris (1988) observou isso desmente a distinção mecanicista entre o conhecedor e o conhecido. De fato, Day (1992a) enfatiza que é a posição epistemológica de Skinner que separa sua posição filosófica da tradição positivista lógica. Day (1992a, p. 48) explica que essa “clivagem epistemológica” leva a duas visões completamente diferentes sobre definições operacionais. Para o behaviorista metodológico, o significado de um termo psicológico é dado em sua definição operacional, e, por extensão, também tem sua realidade separada, ou seja, uma vez que o cientista nomeou o processo psicológico, e a correspondência é estabelecida dentro da comunidade verbal dos cientistas, supõe-se que o processo exista independentemente do cientista. Para Skinner, por outro lado, definições operacionais se referem a aspectos do comportamento verbal e, portanto, são termos relacionais entre o cientista e o inquirido ao sujeito. (Ruiz & Roche, 2007, p. 33)

Pompermaier e Lopes (2016) também assumem que, pela visão relacionista, presente no behaviorismo radical, não seria possível uma descrição “pura ou direta do mundo” (p.4). Isso aconteceria porque, se tudo seria relação, não haveria espaço para uma descrição que não viesse também acompanhada de aspectos da própria história do sujeito.

Essa descrição pura da realidade pode ser entendida como o que é chamado de fato, que se contrapõem a uma descrição carregada de aspectos e aprendizados culturais denominada como valor. Para Laurenti e Lopes (2009), podem existir passagens na obra skinneriana que remetem a uma visão empirista, ou seja, que se relaciona com a descrição de fatos e leis, ocorrendo uma distinção entre fatos e valores.

Entretanto, Laurenti (2012) afirma que o behaviorismo seria uma filosofia próxima do que ela chama de pós-modernismo. De acordo com a autora, essa corrente negaria alguns aspectos cruciais na ciência moderna; entre eles, a noção de fato e valor. Na verdade, não seria possível para o behaviorismo radical afirmar fatos, uma vez que ele estaria, de alguma maneira, influenciado por valores em suas alegações (Laurenti, 2012).

Abib (1999) afirma que a distinção entre fatos e valores não é próxima do behaviorismo e que este assume que, em algum grau, os juízos são, de fato, dotados de valor. Para o autor, não existiriam, no mundo, entidades suscetíveis a representações de maneira independente dos seres humanos, já que a noção de representação seria pouco afeita ao behaviorismo radical por trazer a ideia de mente.

Em última análise, isso significa dizer que não é possível formular descrições, científicas ou não, com condições de se referir ou corresponder ao mundo, uma vez que não há entidades transcendentais existentes no mundo suscetíveis de serem representadas por ideias ou palavras independentemente dos seres humanos. (Abib, 1999, p. 240)

As discussões sobre a independência da realidade acabam abordando aspectos do conhecimento, como em Cameschi & Simonassi (2005), que afirmam que, para conhecer a realidade, o cientista derivaria regras de regras – e, como apontou Malone (2004), não creditando à ciência uma posição privilegiada no conhecimento dessa realidade (p. 313). Ballesteros e Rey (2001) também afirmam que não é possível uma realidade totalmente independente porque o conhecimento é sempre um produto de contingências sociais, assumindo, assim, certa dependência do contexto nas descrições.

Moxley (2002), apesar de discutir aspectos epistemológicos, traz questões que contribuem para discussão sobre a independência da realidade. Para o autor, Skinner e

Peirce compartilham a noção de que a verdade não pode ser alcançada de maneira absoluta. Contudo, Peirce e Skinner divergem em outro ponto. Para Peirce, a verdade é algo independente da vontade dos sujeitos que a conhecem e, apesar de não alcançarmos a verdade em absoluto, certos conhecimentos de longo prazo trazem a melhor garantia sobre o que é verdadeiro, por terem sobrevivido ao tempo. Para Skinner, entretanto, essa posição não era possível. No behaviorismo radical, nenhuma asserção escaparia das leis do comportamento verbal, estando, portanto, sempre suscetível aos aspectos da comunidade que julgaria seus efeitos.

A discussão sobre a independência da realidade com o trajeto apresentado vai de alguma maneira esbarrando nos aspectos epistemológicos, como detectamos neste trabalho. Para alguns autores (Abib, 1999; Cameschi & Simonassi, 2005; Laurenti, 2012; Moxley, 2002; O'Donohue & Smith, 1992; Pompermaeir & Lopes, 2016), a realidade seria dependente do sujeito que conhece, por motivos diversos. Entre eles, principalmente pela visão relacionista, pela concepção de ciência pós-moderna, pela impossibilidade de distinção entre fato e valor, pela concepção de conhecimento e pela negação da verdade absoluta.

Epistemologia

A noção de verdade foi abordada de maneira relevante em 25 dos 40 artigos, por 30 dos 35 autores identificados no presente estudo. Observaram-se três características principais a respeito da noção de verdade: (a) oposição a determinadas posições filosóficas; (b) associação com algumas tendências filosóficas (e.g., pragmatismo) ou autores (e.g., Pepper); e (c) críticas e deficiências das posições epistemológicas dos behavioristas.

A oposição a certas posições filosóficas foi encontrada em textos que discutiam verdade no behaviorismo radical e sua contraposição à noção de verdade presente no

behaviorismo metodológico (Ballesteros & Rey, 2001; Krägeloh, 2006; Moore, 1985; Tourinho, 1987; Zuriff, 1980). Muito provavelmente pela história de associação e confusão entre behaviorismo radical e behaviorismo metodológico, esses autores definem o behaviorismo radical como não partidário, epistemologicamente, da verdade por acordo.

Para Zuriff (1980), o behaviorismo metodológico contém uma posição de que os eventos, para entrarem no escopo da ciência, deviam ser públicos, observáveis por mais de um sujeito. Zuriff (1980) cita Skinner (1945) para definir verdade por acordo.

De acordo com o [behaviorismo metodológico], o mundo é dividido em eventos públicos e privados, e a psicologia, a fim de atender aos requisitos de uma ciência, deve limitar-se ao primeiro . . . a distinção público-privada enfatiza a árida filosofia da “verdade por acordo”. O público [é] simplesmente aquilo que pode ser acordado porque é comum a dois ou mais concordantes. (Zuriff, 1980, p. 337)

Moore (1985) afirma que o behaviorismo metodológico é influenciado pelo positivismo lógico, o nome dado a um movimento filosófico “iniciado em Viena entre 1920 e 1930 que discutia a natureza do conhecimento científico” (p. 53). Esse movimento, bastante influenciado pelo grande desenvolvimento da física, discutia que a ciência devia ser orientada basicamente pelo método empírico. Moore (1985) acrescenta ainda um pilar importante do positivismo lógico:

(a) que os métodos da ciência são a única rota para validar o conhecimento e que esses métodos devem estabelecer o significado de uma proposição sobre a natureza, especificando a condição de sua verificação experiencial; proposições que não podem ser experimentalmente verificadas são simplesmente sem sentido para a ciência. (Moore, 1985, p. 54)

Dessa maneira, de acordo com os behavioristas metodológicos, aspectos privados da experiência humana não se adequariam aos métodos propostos pela ciência, sendo, portanto, abandonados. Zuriff (1980) afirma que o behaviorismo metodológico deriva seu nome dessa colocação, uma vez que o método era a condição necessária para a psicologia.

Apesar de também influenciado por uma adoção de métodos científicos de outras áreas, como a biologia ou a física, Skinner acreditava que a distinção feita entre eventos públicos e “mentais” pelos behavioristas metodológicos falhava, visto que concebia que eventos ditos mentais tinham *status* ontológico diferente dos eventos públicos. Essa posição partia do pressuposto que, quando o behaviorista metodológico assumia que eventos mentais não podiam ser estudados pela ciência, incorria na conclusão que esses eventos eram de uma dimensão diferente da dimensão física (Moore, 1985).

Para Krägeloh, (2006), a concepção behaviorista radical dos eventos “mentais” é distinta da behaviorista metodológica, já que esses eventos não possuiriam *status* ontológico diferente, e sua natureza seria, na verdade, igual à dos eventos públicos. A grande diferença seria que esses eventos seriam elementos privados do sujeito e teriam um caráter especial por serem acessados apenas por aqueles que estão se comportando privadamente.

Dessa maneira, ao assumir uma concepção diferente dos eventos “mentais”, o behaviorismo radical nega, por consequência, a ideia de verdade por acordo: se os eventos “mentais” e públicos têm a mesma natureza, são suscetíveis às mesmas leis e podem ser estudados de maneira científica (Krägeloh, 2006; Tourinho, 1987).

Outra oposição, dessa vez salientada por Moore (1985), seria sobre a concepção de linguagem, mais precisamente a posição referencial da linguagem assumida pelos positivistas lógicos.

Os significados são obviamente privados em princípio, mas podem ser reduzidos à relação entre um elemento linguístico, como um símbolo, e um conjunto correspondente de observações, a fim de estabelecer um acordo sobre aquilo a que o símbolo se refere. Segue-se dessa suposição de que seres humanos possuem a capacidade de uma linguagem privada que lhes permita descrever o conteúdo da experiência imediata e as operações lógicas que são executadas sobre o conteúdo. (Moore, 1985, p. 60)

No caso, então, a linguagem referencial assume que os observadores teriam a capacidade de descrever, pela linguagem, os eventos de maneira lógica e correspondente à realidade o que implica que a linguagem estaria associada a uma relação de referência entre o símbolo e os aspectos não verbais. Nessa concepção, pode-se deduzir que estaria envolvida a concepção de verdade por correspondência, e as asserções verdadeiras significariam correspondência com uma realidade externa, sendo a validade do conhecimento aferida pelo nível de proximidade entre o conhecimento e a realidade (Zuriff, 1980).

Entretanto, segundo Zuriff (1980), de uma óptica behaviorista radical, essa correspondência demandaria duas classes de eventos: os eventos externos à resposta; e a resposta (verbal), sendo verdadeiro para a teoria de correspondência se essas duas classes estiverem em correspondência. Contudo, para o behaviorismo radical, tal concepção enseja desafios, já que uma resposta ao mundo externo seria, de um ponto de vista radical, uma relação entre respostas, e nunca uma relação entre resposta e mundo externo.

De acordo com a teoria da correspondência, a verdade é determinada pela comparação de duas classes de eventos. Por um lado, está o comportamento verbal ou o comportamento que incorpora uma crença, e, por outro, o estado externo de controle sobre o qual o comportamento “trata”. A verdade depende do grau de correspondência entre as duas classes de eventos. Para efetuar essa comparação, o estado externo das coisas deve ser determinado. Para o behaviorismo radical, a única maneira de fazer isso, como mostrado anteriormente, é por meio de alguma resposta ao mundo externo. No entanto, tal resposta forneceria apenas mais comportamento, e a comparação resultante seria entre uma resposta ao mundo e outra resposta ao mundo, e não entre uma resposta e o mundo. Para complicar ainda mais, o fato de que uma resposta já emitida ou a resposta de outra pessoa também faz parte do mundo externo para o observador, e cada uma delas também pode ser determinada apenas pela resposta adicional. (Zuriff, 1980, p.343)

Abib (1999) também se posiciona de maneira oposta à noção de verdade por correspondência. Para o autor, se associarmos o behaviorismo radical a uma posição pragmática, como a de Richard Rorty, o conhecimento não pode ser produto de uma construção da mente em forma de representações sobre mundo externo, sendo essa concepção referencial distinta da posição behaviorista – uma vez que a verdade não seria, afinal, uma relação entre palavras e coisas (Abib, 1999).

Na esteira da linguagem referencial e próxima da teoria de correspondência, a noção de representação também é discutida pelos artigos analisados. Para Tourinho (1994), o representacionismo seria a representação cuidadosa dos aspectos da realidade, sendo a verdade uma relação entre as cópias mentais e a realidade (Tourinho, 1994). No

entanto, para Endemann e Tourinho (2007), Tourinho (2011) e Lamal (1983), também o behaviorismo também não se aproximaria de uma visão representacional.

Voltando à interpretação skinneriana para a linguagem, pode-se dizer que com ela a psicologia behaviorista passou a dispor, finalmente, de uma abordagem que, fazendo uso de conceitos científicos, refutou toda visão representacional da linguagem e do conhecimento. Em vez de tentar fundamentar o conhecimento objetivo, Skinner entendia que a objetividade é uma questão de contingências socioverbais. O valor das descrições científicas, seu caráter de verdade, depende de suas funções no controle de uma interação produtiva com a realidade, não da apreensão de uma essência qualquer, inacessível às mentes menos disciplinadas. Isso vale para as próprias descrições ou enunciados de uma ciência do comportamento. A medida de seu valor é a medida do quanto auxilia o cientista e o profissional psicólogo a lidar com os fenômenos comportamentais. Basta comparar essa perspectiva com a adesão ao positivismo lógico de alguns behavioristas anteriores a Skinner (cf. Smith, 1989), para ter a medida do que representou a elaboração de uma interpretação comportamental-funcional para a linguagem. (Tourinho, 2011, p. 190)

Lamal (1983) ainda afirma que o conhecimento behaviorista radical não assume o que ele chama de “metáfora do espelho”, ou seja, conhecer não é representar a realidade, mas uma prática social em que o referente é a comunidade. Lamal (1983) usa para isso a noção do autor pragmatista chamado Richard Rorty.

Uma segunda característica presente nos textos foi a associação da visão epistemológica behaviorista e outras correntes filosóficas/ou autores, como fez Lamal (1983) e foi recorrentemente observada. Pode-se dizer que, principalmente, as associações foram feitas com o pragmatismo e autores denominados pragmatistas

como: (a) William James (Abib, 1999; Krägeloh, 2006; Leão et al., 2016; Ruiz, 1995; Staddon, 2003; Tourinho, 2003; Zuriff, 1980); (b) Rorty (Abib, 1999; Lamal, 1983; Leigland, 1999, 2003; Tourinho, 1994); (c) Pepper (Leigland, 1999; Morris, 1992; Ruiz, 1995; Zettle, 1990); (d) Peirce (Moxley, 2003; Staddon, 2003); e (e) Ernest Mach (Laurenti, 2009).

Houve também associações com autores não pragmatistas, ou, pelo menos, que não foram retratados pelos autores dessa maneira, como: (a) Peter Strawson (Cameschi & Simonassi, 2005); (b) Kantor (Ballesteros & Rey, 2001); (c) Austin (Endemann & Tourinho, 2007); e Darwin (Moxley, 2003; Staddon, 2003).

Em textos que fizeram relação a Pepper, os autores salientavam principalmente discussões sobre visão de mundo. Por sua vez, alguns outros autores (Leão et al., 2016; Tourinho & Neno, 2003), ao estabelecerem relação com William James, trouxeram conceitos não presentes em outros textos.

Wittgenstein foi citado em alguns textos, mas como um autor que influenciou o pragmatismo. Sua associação com o behaviorismo, portanto, mostrou-se secundária, no sentido de que Wittgenstein influenciou autores que, por sua vez, influenciaram o behaviorismo (Endemann & Tourinho, 2007; Lamal, 1983; Moxley, 2003; Tourinho, 1994) nos aspectos epistemológicos.

As associações tanto com autores pragmatistas quanto não – exceto Staddon (2003) e as posições críticas, por exemplo, Woolfolk (1983) – seguiram caminhos semelhantes na argumentação da posição sobre a verdade behaviorista, com algumas exceções. Estiveram presentes nos textos que relacionavam com pragmatismo, em mais ou menos força, aspectos de verdade e questões relacionadas à comunidade como critério, contexto, aspectos operantes da verdade e verdade como efetividade.

Definições sobre o que era pragmatismo e sua proximidade com o behaviorismo, no entanto, nem sempre eram expressas. Tourinho (1994), por exemplo, assumiu sua definição a partir da filosofia de Richard Rorty, de que o pragmatismo seria uma perspectiva antirrepresentacionista.

Pragmatismo, enquanto conjunto de reflexões que se inserem no contexto da discussão epistemológica contemporânea, tem sido caracterizado como uma doutrina antirrepresentacionista . . . (Rorty, 1982, 1988, 1990). De um modo geral, o pragmatista argumenta que qualquer conhecimento é culturalmente contingente. Conhecer não é, portanto, espelhar uma realidade. (Tourinho, 1994, p. 219)

A definição de Tourinho (1994) é compatível com as negativas anteriores do que *não é* behaviorismo radical no campo da verdade, sendo essa posição coerente com a oposição à teoria representacionista.

Entretanto, outras características foram levantadas pelos autores ao relacionarem behaviorismo radical e pragmatismo. Ruiz (1995), por exemplo, associou o behaviorismo radical a Pepper. Para autora, uma característica comum seria a visão de mundo. Ruiz (1995) afirma que o behaviorismo radical é partidário de uma visão contextualista. Nessa concepção, “um ato fora de contexto não é um ato” (p. 32). Todas as conceptualizações devem levar em conta as partes e o todo, já que a natureza das coisas é relacional para a visão contextualista.

Além de Ruiz (1995), outros autores (Leigland, 1999; Morris, 1992; Zettle 1990) relacionam behaviorismo radical a Pepper. Morris (1992) e Zettle (1990) salientam que a visão de mundo contextualista implicaria oposição a uma visão mecanicista. Leigland (1999) relaciona essa visão mecanicista de mundo com a teoria de verdade por correspondência. Por isso, uma das maneiras de negar a visão

mecanicista seria associar a verdade ao contextualismo de Pepper, como uma maneira de embasar posições filosóficas no behaviorismo.

Análises como a de Moxley (2002) apontaram, ainda, a noção de verdade na própria relação comportamental. Por esse caminho, a verdade seria produto também de contingências e, portanto, sujeita às leis do comportamento, como as respostas do ouvinte e falante, descrevendo, assim, o que ele chama de análise operante da noção de verdade.

Essa abordagem “muito próxima” de uma análise operante “indicou outro acordo sobre como o significado do conceito de verdade de alguém pode ser explicado: Quando alguém diz que ‘pode’ ver o significado de uma resposta, esse pode inferir alguns dados das variáveis das quais a resposta geralmente é função“ (Skinner, 1957, p. 14). O significado da verdade está nas contingências funcionais do uso do falante, ou resposta do ouvinte, ao termo verdade. Uma análise detalhada do significado da verdade iria proceder como qualquer outra análise das contingências por comportamento: “ Começa onde quer que seja possível e prossegue o mais rapidamente para uma conta mais e mais adequada, que é claro nunca será completa” (Skinner, 1988, p. 380). (Moxley, 2002, p. 210)

Dessa perspectiva, a análise sobre o conceito de verdade segue a lógica de que a verdade estaria relacionada aos aspectos que controlam o comportamento dos indivíduos. Zuriff (1980) afirmou, por exemplo, que conhecimento é verdadeiro, no behaviorismo radical, quando “auxilia o ouvinte a responder efetivamente em uma situação descrita” (Skinner citado por Zuriff, 1980, p. 344) – abordando, portanto, uma noção em que a verdade é relacionada aos efeitos que produz aos falantes e ouvintes de uma comunidade.

A comunidade e a noção de verdade foram associadas de maneira recorrente, por sinal: no behaviorismo radical, o critério daquilo que é verdadeiro não estaria relacionado à realidade, mas à comunidade. Para Tourinho (1994), por exemplo, quando o behaviorismo se posiciona sobre a noção de verdade, aproxima-se do pragmatismo, que comportaria uma concepção que se opõe à ideia de conhecer “a realidade em si mesma” (p. 219).

Nesse sentido, Krägeloh, (2006) afirma que, para o pragmatismo, “a realidade é constantemente revisada” (p. 326). Assim, os eventos são escolhidos de acordo com ideias preconcebidas, e os fatos são aglutinados em consonância com essas ideias. O cientista, então, seleciona certos aspectos sobre controle de reforçadores específicos e regras específicas de uma comunidade.

A noção de verdade para Krägeloh (2006) está relacionada à compreensão de uma análise do contexto do falante: considera-se o contexto no qual o conhecimento é afirmado para entender a função daquilo que é entendido como verdade. Em suma, Krägeloh (2006) aponta que a noção de verdade behaviorista está bastante imbricada com os padrões culturais de uma época.

Ciência, como qualquer outra atividade, está sujeita a fatores culturais (Clayton, Hayes & Swain, 2005). Heranças culturais e *zeitgeist* influenciam o que se acredita coletivamente em um determinado período de tempo. Às vezes, razões pessoais também podem ser significativas. Baum (2002), por exemplo, referiu-se à elegância, entre outras razões, para favorecer o paradigma molar na análise do comportamento sobre o paradigma molecular. Com formas ilimitadas de expressar uma visão específica, há um número igualmente ilimitado de conotações e elementos idiossincráticos que determinam se uma visão passa a ser aceita como verdadeira. (Krägeloh, 2006, p. 327)

O controle sobre o que é verdadeiro ou não seria exercido por uma comunidade que, segundo Moxley (2002), afirmaria algo como verdadeiro ou não se esse conhecimento atendesse aos objetivos da própria comunidade, o que parece bem próximo das afirmações de Ruiz (1995) e Ballesteros e Rey (2001).

Para Tourinho (1994), a noção de conhecimento verdadeiro no behaviorismo radical é relacionada às contingências da comunidade científica, sendo a ideia de verdade relacionada aos critérios de uma dada comunidade. Tourinho (1994), citando Skinner, afirma:

“O conhecimento científico, é comportamento verbal, e como tal é função de contingências fornecidas por uma comunidade verbal científica.” Nesse sentido, algo é verdadeiro no sentido que é circunscrito em uma comunidade que prevê e controla fenômenos dos quais se propõem (Skinner, 1957, p. 419). (Tourinho, 1994, p. 225)

Dessa maneira, outra característica da noção de verdade levantada foi que a verdade teria seu valor assegurado se auxiliasse a comunidade a alcançar certos objetivos/fins, como salientou Moxley (2003). Abib (1999) ainda discute que esses objetivos, no caso da análise do comportamento, seriam a predição e controle do comportamento: é verdadeiro o conhecimento que ajuda a comunidade de cientistas a prever e controlar de maneira mais eficaz os comportamentos (Abib, 1999).

Essa questão da comunidade e dos objetivos foi apresentada em conjunto com várias recorrências do que os autores, ao relacionarem behaviorismo e pragmatismo, salientavam como aspecto da efetividade prática e a noção de verdade.

Para Cameschi & Simonassi (2005), a noção de verdade behaviorista radical é relacionada aos efeitos práticos que produz. Laurenti e Lopes (2009), por sua vez,

apontaram que algo é verdadeiro se é efetivo, colaborando, por exemplo, para o cientista alcançar os objetivos; se não colabora, há algo que é falso.

Tal como Mach (1905/1976), Skinner (1974/1976) parece comprometer-se com uma concepção pragmatista de verdade, aferindo a verdade de uma teoria em termos das consequências efetivas que produz, e a sua falsidade em termos de consequências danosas. Skinner (1974/1976) ecoa a afirmação pragmatista de verdade como efetividade, quando declara: “uma proposição é ‘verdadeira’ na medida em que ajuda o ouvinte a responder efetivamente a situações que ela descreve” (p. 259). (Laurenti & Lopes, 2009, p. 132)

Tourinho e Neno, em 2003, exemplificam a noção de verdade por efetividade ao afirmar que “em geral, as explicações que auxiliam o cientista a lidar com o comportamento de maneira produtiva ou que apoiam o especialista em uma solução eficiente o de problemas serão consideradas válidas” (p. 64).

Para Tourinho e Neno (2003), a concepção de verdade do behaviorismo radical é *instrumental*, uma vez que verdade seria aquilo que produz uma ação efetiva possível para o cientista.

O argumento para o critério instrumental introduzido em 1945 é apoiado em textos posteriores, quando Skinner aborda questões como conhecimento, verdade e objetividade. Muitas dessas passagens estão documentadas em estudos que examinam os aspectos de Skinner e o pragmatismo (por exemplo, Leigland, 1999; Zuriff, 1980). Eles ilustram uma noção de conhecimento como comportamento (modelado pela contingência moldada ou governado pela regra), a partir da qual resulta a suposição que “‘transmitir conhecimento’ é trazer o comportamento de uma determinada topografia sob o controle de determinadas variáveis” (Skinner, 1968, p. 203). Além disso, uma concepção

instrumental da verdade, segundo a qual a verdade é “o que produz a ação mais eficaz possível” (Skinner, 1974/1993, p. 259). Finalmente, Skinner rejeita a noção de objetividade como correspondência a favor de uma interpretação consistente com a concepção instrumental da verdade; para ele, “as respostas a algumas formas de estimulação têm mais probabilidade de serem ‘certas’ do que respostas a outras pessoas, no sentido de que são mais propensas a levar a comportamento efetivo (Skinner, 1953/1965, p.139)”. (Tourinho & Neno, 2003, p. 65)

Tourinho e Neno (2003) fazem uma complementação para o conceito de verdade por eficácia: a noção de *coerência*, presente na obra de William James. De acordo com os autores, sem a noção de coerência, os conceitos verdadeiros ficariam dispostos apenas por sua utilidade. Assim, é necessário que novos conhecimentos sejam coerentes com os conhecimentos antigos, uma vez que esses organizam o processo de experiência e podem ajudar a lidar com os fenômenos estudados. No mesmo sentido outros, autores (Leão et al., 2016) discutem sobre a noção de coerência:

No entanto, o processo de validação de uma nova crença não se limita à verificação entre crenças particulares e apenas seus efeitos práticos. “De acordo com James, uma crença é considerada válida se esta não colidir com outros benefícios vitais” (James, 1907, p. 77), ou seja, o critério instrumental está subordinado ao critério de coerência da verdade, que envolve relações entre novas crenças e um conjunto de crenças validadas previamente (Tourinho & Neno, 2003). Dessa forma, mesmo embora a eficácia seja necessária para a validação de uma ideia, ela não é suficiente e medida independente. O processo implica inicialmente verificar se a nova ideia é coerente com o estoque de

crenças que anteriormente organizaram a experiência individual produtivamente (Tourinho & Neno, 2003). (Leão et al., 2016, p. 91)

Entretanto, nesse ponto, para Leão et al. (2016), pelo intenso debate no behaviorismo radical sobre diversos temas que vão desde questões como determinismo até o monismo, um critério claro sobre quais conhecimentos seriam coerentes ou não seria difícil. Por esse motivo, seria necessário evocar outro conceito pragmático que Tourinho e Neno (2003) não discutem.

Leão et al. (2016), por sinal, também aproximam o critério de verdade da análise do comportamento com a noção de eficácia, afirmando que as asserções verdadeiras são aquelas que possuem consequências práticas e ajudam, por exemplo, os cientistas a manipular seu objeto de estudo (p. 90), além de concordarem com Tourinho e Neno (2003) sobre a adoção do critério de coerência.

Entretanto, Leão et al. (2016) afirmam haver a necessidade da adoção de outros conceitos de William James. As autoras afirmam que, sem uma adesão completa à filosofia pragmática, poderia esta ficar descaracterizada – e propõem que, além da noção de coerência, faz-se necessário assumir uma relação entre efeitos emotivos e crenças do cientista quanto à noção de verdade.

Quanto ao critério de efetividade, existe uma clara conexão entre crença e ação.

Como visto antes, no cerne de sua teoria da verdade, James (1907) assumiu que a adoção de diferentes conjuntos de crenças leva a diferenças práticas. Isso é porque, metaforicamente, James comparou uma crença com uma hipótese viva, que é traduzida como uma tendência do indivíduo a agir de certa maneira. Por outro lado, diante de uma hipótese morta, não há disposição ou inclinação para agir (James, 1896/1912). Assim, supõe-se que exista uma relação intrínseca entre crença e ação, ou seja, “o máximo de vivacidade em uma hipótese

significa vontade de agir irrevogavelmente. Na prática, isso significa crença; mas há alguma tendência de crença onde quer que haja vontade de agir” (James, 1896/1912, p. 3) Em outras palavras, James reconheceu que sempre há uma crença subjacente a uma determinada ação que, se verdadeira, leva a consequências práticas. (Leão et al., 2016, p. 94)

Leão et al. (2016) afirmam que, para além dos aspectos objetivos da noção de verdade, é necessário tomar como referência o indivíduo que produz conhecimento. Nesse caso, as crenças, aspectos emocionais – ou, no “behaviorês”, comportamentos privados relacionados ao comportamento verbal – podem ter influência na adoção de estratégias e atitudes do cientista.

Em outras palavras, no contexto da análise do comportamento, seria possível assumir, como na proposição pragmática, um elemento volitivo e apaixonado no quadro de princípios básicos crenças do fenômeno comportamental? Ou a análise de comportamento assinaria um conceito intelectualista de verdade, pela qual os princípios científicos seriam justificados com base sobre fundamentos puramente racionais? (Leão et al., 2016, p. 99)

Leão et al. (2016) afirmam que a consideração ou não das variáveis emocionais na questão da verdade do behaviorismo ainda estaria aberta à discussão, já que haveria dúvida se os aspectos de verdade estariam relacionados apenas a aspectos racionais.

Nem todos os autores estabeleceram relações de semelhança com pragmatismo. O’Donohue e Smith (1992) pontuaram que existia certa peculiaridade em como Skinner tratava as questões filosóficas. Para os autores, Skinner naturalizou sua epistemologia e ofereceu respostas distintas às questões feitas pela filosofia – e que uma de suas primeiras diferenças seria a eliminação de conceitos normativos relacionados como à validade, confirmação ou verdade (p. 180).

Segundo O'Donohue e Smith (1992), Skinner propôs que os métodos científicos poderiam tratar das questões filosóficas. Dessa maneira, seria de suma importância que os cientistas se interessassem cada vez mais pelas indagações da filosofia, o que chama de *epistemologia naturalizada*.

O'Donohue e Smith (1992) argumentam, ainda, que a teoria do conhecimento verdadeiro de Skinner decorre de sua teoria explicativa do comportamento humano; portanto, o conhecimento verdadeiro da perspectiva comportamental seria o comportamento eficaz moldado por contingências de reforço e sobrevivência (p. 180).

O'Donohue e Smith (1992) afirmam que a naturalização da epistemologia skinneriana advém de sua tentativa de uma epistemologia evolucionária. Epistemologia na qual Staddon (2003) afirma que o behaviorismo acaba por se filiar.

Definida como a noção de que o conhecimento é produto de uma história evolutiva, a epistemologia evolucionária carrega consigo uma noção de verdade relacionada à noção de sobrevivência, passando por uma história de seleção ambiental.

Tudo aparentemente conhecido é o resultado de milhões de anos de seleção natural e milhares de anos de seleção cultural. Assim, as pessoas acreditam na lógica, não porque a lógica é verdadeira em alguns aspectos essenciais . . . , mas porque aqueles indivíduos e culturas que não conseguiram acreditar na lógica perderam-se na luta para se reproduzir. (Staddon, 2003, p. 134)

A terceira característica analisada nos textos refere-se a críticas às próprias posições do behaviorismo radical. Não por acaso, muitos artigos tinham o caráter de fazer ou responder a críticas às posições na área. (Lamal, 1984; Leigland, 2003, 2004; Malone, 2004; Woolfolk, 1983), demonstrando, apesar da massiva relação com o pragmatismo, uma série de divergências.

Leigland (1999), por exemplo, apesar de apontar certas similaridades entre Skinner e pragmatismo (visão de mundo contextualista, antirrepresentacionismo, etc.), afirma que estabelecer relações com o pragmatismo pode ser perigoso. Para o autor, a visão pragmática seria mais complexa do que seus aspectos relacionados à epistemologia, como sua visão de mundo, ética e assim por diante, sendo este um sistema filosófico diverso que dirige questões para a filosofia em geral. Além disso, alguns autores pragmatistas, como Rorty, mostraram-se avessos ao método científico.

Leigland (1999), inclusive, foi criticado por Malone (2004) por associar o behaviorismo radical a autores como Rorty. De acordo com Malone (2004), Rorty não poderia ser associado ao behaviorismo radical, já que nem pragmatista esse autor seria – ou, pelo menos, não seria pragmatista aos moldes de Peirce.

Woofolk (1983) também critica a associação com Rorty. Para ele, Rorty seria um autor hermenêutico, em contraponto ao que ele chama de orientação empirista, que seria mais próxima do behaviorismo radical.

Em resumo, aparentemente o behaviorismo radical recebe pouco apoio de uma filosofia que retira a filosofia da seara de fornecer apoio a práticas científicas. Apoio indireto ao behaviorismo pode vir de filósofos que efetivamente atacam abordagens antbehavioristas, mas estes camaradas intelectuais podem ter ainda mais objeções atraentes contra o behaviorismo. Historicamente, o behaviorismo e a filosofia fundacionalista empiricamente orientada têm sido mais compatíveis que as abordagens hermenêuticas e o behaviorismo. (Woofolk, 1983, p. 113)

Outra crítica que demonstra certo impasse com a associação do behaviorismo a Rorty foi feita por Lamal (1984), tendo em vista que, para ele, a associação com Rorty é mal interpretada: Lamal (1984) acredita que Rorty faria uma crítica específica a uma

epistemologia importante ao behaviorismo, e alguns aspectos da obra de Rorty, de fato, ensejam desafios.

Além da discussão sobre a dificuldade de associações entre o behaviorismo e outros autores, também foi presente a discussão se o behaviorismo Radical teria uma posição epistemológica relativista, assumindo certa dissolução da noção de verdade e possibilitando a relatividade dos conhecimentos.

Ruiz (1995) afirmou que uma implicação para a noção de verdade behaviorista pragmatista seria a flexibilização da relação de melhor ou pior entre os conhecimentos, visto que a comunidade é determinante como referência do que é verdadeiro.

Moxley (2002) também deu indícios do abandono da ideia de verdade. Para o autor, Skinner assumia que a verdade não era relacionada a longo prazo, ou seja, que não existiriam verdades absolutas. Segundo o autor, citando Skinner (1974), “verdade em absoluto pode ser encontrada, se é que existe, apenas em regras derivadas de regras, e aqui está mera tautologia” (Moxley, 2002, p. 212).

Abib (1999) afirma que a noção de verdade pragmatista, de fato, se aproxima de uma visão relativista de verdade em oposição ao que ele chama de objetivismo. Para o objetivismo, “a meta da ciência é produzir conhecimento verdadeiro” (p. 242). Já o relativismo, isso é negado, visto que o relativismo é cético quanto à possibilidade de um conhecimento “capaz de transcender não só contextos históricos, sociais e antropológicos nos quais é produzido” (p. 242). Entretanto, existiriam problemas com o relativismo – como, por exemplo, sua autorrefutação: se não existem verdades, a própria afirmação relativista poderia ser equivocada.

Por isso, Abib (1999) afirma que esse binarismo objetivo versus relativo não faria parte da filosofia comportamental, uma vez que a consideração pragmatista que se

aproxima do behaviorismo radical concebe a existência de verdades e respostas mais válidas que outras.

Tampouco a epistemologia interativo-pragmática do behaviorismo radical descamba para o relativismo. Isso porque, precisamente, seu lado pragmático afasta-a dessa tendência de pensamento – o mesmo aspecto, portanto, ressaltado por Burton para aproximá-la do relativismo. No pragmatismo, a reivindicação de conhecimento verdadeiro deve apresentar como evidência seu funcionamento e efetividade, ou seja, se um determinado conhecimento funciona e é, portanto, efetivo, seu valor de verdade está assegurado; caso contrário, não. Como defendeu James, verdade em nossas ideias significa seu poder de funcionar (1907/1988). Na linguagem de Skinner, isso significa que “uma parte importante da prática científica é a avaliação de que uma resposta verbal seja ‘correta’ ou ‘verdadeira’, ou de que possa funcionar afortunadamente” (1957, p. 428). (Abib, 1999, p. 242)

Staddon (2003) também discutiu a possibilidade do relativismo no behaviorismo radical por aspectos da epistemologia evolucionária. Para Staddon (2003), se seguirmos a lógica de que os conhecimentos são verdadeiros por sua sobrevivência, poder-se-ia dizer que o conhecimento religioso teria o mesmo *status* de verdade que o conhecimento científico, já que, em alguma perspectiva, foi útil à sobrevivência e se manteve constante na história da espécie.

Essa conclusão relativista no behaviorismo induziria, ainda segundo Staddon (2003), a situações problemáticas no campo ético. Para o autor, se o valor de verdade for determinado simplesmente pela sobrevivência ou pelo consenso, algumas questões e escolhas que a sociedade fizesse ensejariam discussões:

Preocupados com esse convite para governar pela tirania e pelas artes da persuasão, alguns pensadores propuseram que a ideia da verdade deve ser abandonada. Em seu lugar, eles propõem locuções como crenças permanentes ou crenças consensualmente acordadas. Essas substituições perdem o ponto já que para a epistemologia evolucionária, a verdade de qualquer proposição é relativa aos desafios que enfrentou com sucesso. Assim, uma crença inquestionável provavelmente será menos verdadeira do que aquela que emergiu ileso de vários testes. Por outro lado, uma crença de longa data, mesmo que não tenha sido – ou não possa ser – explicitamente testada, é mais provável que seja verdade do que algo que se pensou: *veritas temporis filia*. A persistência e o consenso, no entanto, estão apenas indiretamente relacionados à verdade, como a epistemologia evolucionista a vê. (Staddon, 2003, p. 134)

A epistemologia evolucionária e, por consequência, uma noção relativista de conhecimento encontraria obstáculos, principalmente para disputas entre teses dos diferentes conhecimentos (religião, filosofia, senso comum).

Existem algumas crenças, como as leis da lógica ou da aritmética, a crença que a cadeira em que estou sentado é real, e assim por diante, que sobrevive a todos os testes concebíveis. Tais crenças são o melhor tipo de verdade disponível. Quando alguém pergunta de alguma nova proposição “é verdade?”, tudo o que se quer dizer é “será tão resistente à reprovação quanto as leis da lógica?”. Com efeito, as crenças mais resistentes à refutação tornam-se o padrão pelo qual a verdade dos outros é julgada. Na medida em que ele adota uma espécie de pragmatismo evolucionário, a epistemologia do behaviorismo radical é difícil de resolver. (Staddon, 2003, p. 133)

Staddon (2003) defende, ainda, que, apesar do aspecto da sobrevivência, seria necessário aceitar que determinadas ideias são mais verdadeiras que outras. O autor compara, por exemplo, um astrônomo que calcula o fim do mundo com base em cálculos e uma pessoa com base na sua história de bebedeira da noite anterior. De fato, ambas estariam corretas nas afirmações, mas a história de uma é bem mais verdadeira que a de outra, uma vez, que para Staddon (2003), suposições mais verdadeiras são aquelas que passaram por mais testes e por testes melhores, como os testes e experimentações científicos.

Conclusão

Sobre a *ontologia*, foram encontradas posições favoráveis, desfavoráveis ou que abdicavam das discussões sobre existência da realidade neste estudo. Mais frequente foi a defesa de uma posição favorável à existência da realidade e uma posição da dependência dessa realidade em relação ao sujeito que conhece, sendo apenas Schoneberger (2016) defensor, em parte, da independência dessa realidade em relação ao sujeito.

Considerando algumas posições presentes na filosofia, como o caso do pragmatismo, por exemplo, é possível identificar alguns autores que apontam compatibilidade das posições ontológicas encontradas relacionadas a esta filosofia e às defendidas pelo behaviorismo radical. Identificou-se que há autores que indicam que o pragmatismo pode ser compatível com posição que defende a existência da realidade e outros que negam tal posição. Como aponta Escobar e Carvalho (2004), há uma diversidade de comprometimentos ontológicos em diferentes propostas chamadas pragmatistas.

Por outro lado, ao se considerar o realismo, as posições de autores que abdicam e negam a existência da realidade seriam incompatíveis com o mesmo – e, se considerarmos a posição dos autores favoráveis a uma dependência da realidade em relação ao sujeito que conhece, também teríamos uma incompatibilidade.

De toda maneira, na epistemologia, foi encontrada regularidade na associação do pragmatismo com o behaviorismo radical. Entretanto, cumpre ressaltar que a verdade foi definida de inúmeras maneiras, como por exemplo: (a) verdade seria aquilo que auxilia o falante a responder efetivamente; (b) a verdade seria definida pela comunidade/contexto, e não pela realidade; (c) a comunidade científica define algo como verdadeiro se a ajuda a atingir os objetivos de uma ciência (predição e controle);

e (d) a verdade seria instrumento que acaba reunindo as posições anteriores, afirmando-se que a verdade é aquilo que ajuda a produzir ações mais eficazes.

Há, porém, autores que não relacionaram o behaviorismo radical e pragmatismo. O'Donohue e Smith (1992), por exemplo, afirmaram que Skinner naturalizou sua epistemologia, usando a ciência para tratar questões de epistemológicas. Staddon (2003), por sua vez, relacionou verdade à ideia de sobrevivência de Darwin.

Essa diversidade no campo epistemológico também se converteu em muitas discussões entre os autores, como, por exemplo, apontar a possibilidade de uma noção relativista no behaviorismo radical (Staddon, 2003); críticas a associações do behaviorismo radical a autores anticientíficos, como Rorty (Woofolk, 1983); e discussões sobre a necessidade de complementar a noção de verdade instrumental com outras noções do pragmatismo (Leão et al., 2016; Tourinho & Neno, 2003).

A interação entre as posições ontológicas e epistemológicas também pode ser discutida. Staddon (2003), por exemplo, assume ontologicamente a existência da realidade e faz críticas a uma noção relativista de verdade. Essa posição não é acidental porque, conforme aponta David (2016), existe uma obviedade entre a ideia de verdade e assumir a existência da realidade.

Assim, assumindo a possibilidade do relativismo por outros autores, conforme salientou Staddon (2003), e que o presente estudo verificou que existe, no behaviorismo radical, uma maioria de posições ontológicas compatíveis com a noção da existência da realidade, isso pode reforçar a tese de que, além da diversidade de posições dentro do behaviorismo radical, podem ser verificadas algumas incompatibilidades, como assumir a existência de uma realidade e ter uma posição relativista ou que não leva em conta a realidade como critério.

Por outro lado, os achados do presente estudo são circunscritos por um recorte específico que limita e cria precauções necessárias para se propor sua generalidade. O primeiro ponto se refere à complexidade de certas discussões que, por vezes, se relacionam a variáveis fora do objetivo deste estudo e que, no entanto, são importantes enquanto discussões – por exemplo, sobre os eventos privados e sua relação com a independência da realidade, entre outras.

O segundo ponto refere-se à metodologia usada na busca, que pode ter omitido conteúdos por utilizar apenas artigos, e não outras publicações, e por uma dispersão maior das publicações da comunidade behaviorista radical em publicações nacionais, que são publicadas em inúmeras revistas, sendo que, internacionalmente, essa produção tende a ser mais aglomerada em determinadas algumas revistas.

Recomenda-se, em próximos estudos, uma busca em outros bancos de dados que possam trazer novas referências. Por fim, sugere-se que novas análises sobre epistemologia e ontologia sejam feitas, uma vez que o presente trabalho analisou duas grandes áreas filosóficas e, pela extensão, minuciosidades podem ter sido perdidas.

Referências

- Abib, J. A. D. (1999). Behaviorismo radical e discurso pós-moderno. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 15*(3), 237–247.
- Abib, J. A. D. (2001). Arqueologia do behaviorismo radical e o conceito de mente. In H. J. Guilhardi, M. B. B. P. Madi, P. P. Queiroz, & M. C. Scoz (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição: Expondo a variabilidade* (Vol. 7, pp. 20-35). ESETec.
- Abib, J. A. D. (2004). O que é comportamentalismo? In M. Z. S. Brandão, F. C. S. Conte, F. S. Brandão, Y. K. Ingberman, V. M. da Silva, & S. M. Oliane (Orgs.), *Sobre Comportamento e Cognição* (Vol. 13, pp. 52-61). ESETec.
- Ballesteros, B. P., & Rey, A. (2001). Respuestas de J. R. Kantor y de B. F. Skinner a las preguntas epistemológicas básicas. *Revista Latinoamericana de Psicología, 33*(2), 177–197.
- Barnes, D., & Roche, B. (1994). Mechanistic ontology and contextualistic epistemology: A contradiction within behavior analysis. *The Behavior Analyst, 17*, 165–168.
- Barnes-Holmes, D. (2000). Behavioral pragmatism: No place for reality and truth. *The Behavior Analyst, 23*(2), 191–202. <https://doi.org/10.1007/BF03392010>
- Barnes-Holmes, D. (2005). Behavioral pragmatism is a-ontological, not antirealist: A reply to Tonneau. *Behavior and Philosophy, 33*, 67–79.
- Baum, W. M. (1994). *Understanding behaviorism: Science, behavior, and culture*. Harper Collins.
- Baum, W. M. (2002). From molecular to molar: A paradigm shift in behavior analysis. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior, 78*(1), 95–116. <https://doi.org/10.1901/jeab.2002.78-95>
- Burgos, J. E. (2004). Realism about behavior. *Behavior and Philosophy, 32*(1), 69–95.

- Burgos, J. E. (2015). Antidualism and antimentalism in radical behaviorism. *Behavior and Philosophy*, 43, 1–38.
- Cameschi, C. E., & Simonassi, L. E. (2005). Causa e explicação: Debate entre o mentalismo e o behaviorismo radical. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 7(1), 21–37.
- Castañon, G. (2007). *Introdução à epistemologia*. EPU.
- Chakravartty, A. (2017). Scientific realism. In E. N. Zalta (Org.), *The Stanford encyclopedia of philosophy* (Summer 2017). Metaphysics Research Lab, Stanford University.
- Chiesa, M. (2006). *Behaviorismo radical: A filosofia e a ciência*. Editora Cealeiro.
- Creel, R. (1980). Radical epiphenomenalism: B. F. Skinner's account of private events. *Behaviorism*, 8(1), 31–53.
- David, M. (2016). The correspondence theory of truth. In E. N. Zalta (Org.), *The Stanford encyclopedia of philosophy* (Fall 2016). Metaphysics Research Lab, Stanford University.
- Dittrich, A. (2011). Possibilidades da investigação conceitual/filosófica na análise do comportamento. *Interação em Psicologia*, 15, 27–33.
- Endemann, P., & Tourinho, E. Z. (2007). Linguagem e instituições sociais em Skinner e Austin. *Acta Comportamental*, 15(2), 207–228.
- Escobar, M. V. M. (2014). Behaviorismo radical e materialismo eliminativo: Uma crítica ao mentalismo. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 16(2), 94–108.
- Escobar, M. V. M., & Carvalho, L. L. (2012). Behaviorismo radical e realismo serão mesmo incompatíveis? Examinando a viabilidade de uma proposta realista. *Perspectivas em Psicologia*, 16(1), 102–119.

- Glanzberg, M. (2018). Truth. In E. N. Zalta (Org.), *The Stanford encyclopedia of philosophy* (Fall 2018). Metaphysics Research Lab, Stanford University.
- Hofweber, T. (2018). Logic and ontology. In E. N. Zalta (Org.), *The Stanford encyclopedia of philosophy* (Summer 2018). Metaphysics Research Lab, Stanford University.
- Krägeloh, C. U. (2006). Pragmatism and a-ontologicalism in a science of Behavior. *The Behavior Analyst Today*, 7(3), 325–335.
- Lamal, P. A. (1983). A cogent critique of epistemology leaves radical behaviorism unscathed. *Behaviorism*, 11(1), 103–109.
- Lamal, P. A. (1984). Getting it right: A reply to Woolfolk. *Behaviorism*, 12(2), 97–98.
- Laurenti, C. (2012). O lugar da análise do comportamento no debate científico contemporâneo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28(3), 367–376.
- Laurenti, C., & Lopes, C. E. (2009). Explicação e descrição no behaviorismo radical: Identidade ou dicotomia? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25(1), 129–136.
- Leão, M. F. F. C., Rocha, C. A. A., & Laurenti, C. (2016). A reassessment of pragmatism in behavior analysis: I. The theory of truth. *Revista Mexicana de Análisis de la Conducta*, 42(1), 87–104.
- Leigland, S. (1999). Pragmatism, science, and society: A review of Richard Rorty's objectivity, relativism, and truth: Philosophical papers, Vol. 1. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 71(3), 483–500.
- Leigland, S. (2003). Is a new version of philosophical pragmatism necessary? A reply to Barnes-Holmes. *The Behavior Analyst*, 26(2), 297–304.
- Leigland, S. (2004). Pragmatism and radical behaviorism: Comments on Malone (2001). *Behavior and Philosophy*, 32(2), 305–312.

- Malone, J. C. (2001). Ontology recapitulates philology: Willard Quine, pragmatism, and radical behaviorism. *Behavior And Philosophy*, 29(1), 63–75.
- Malone, J. C. (2004). Pragmatism and radical behaviorism: A response to Leigland. *Behavior and Philosophy*, 32(2), 313–315.
- Miller, A. (2019). Realism. In E. N. Zalta (Org.), *The Stanford encyclopedia of philosophy* (Winter 2019). Metaphysics Research Lab, Stanford University. <https://plato.stanford.edu/archives/win2019/entries/realism/>
- Moore, J. (1985). Some historical and conceptual relations among logical positivism, operationism, and behaviorism. *The Behavior Analyst*, 8(1), 53–63. <https://doi.org/10.1007/BF03391912>
- Morris, E. K. (1992). The aim, progress, and evolution of behavior analysis. *The Behavior Analyst*, 15(1), 3–29. <https://doi.org/10.1007/BF03392582>
- Moxley, R. A. (2002). Some more similarities between Peirce and Skinner. *The Behavior Analyst*, 25(2), 201–214
- Moxley, R. A. (2003). Pragmatic selectionism: The philosophy of behavior analysis. *The Behavior Analyst Today*, 4(3), 289–305. <https://doi.org/10.1037/h0100020>
- O’Donohue, W., & Smith, L. D. (1992). Philosophical and psychological epistemologies in behaviorism and behavior therapy. *Behavior Therapy*, 23(2), 173–194.
- Pompermaier, H. M., & Lopes, C. E. (2018). Para além da privacidade. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 34, e3422–e3422.
- Psillos, S. (2009). *Knowing the structure of nature: Essays on realism and explanation*. Palgrave Macmillan.
- Ruiz, M. R. (1995). B. F. Skinner’s radical behaviorism: Historical misconstructions and grounds for feminist reconstructions. *Behavior and Social Issues*, 5(2), 29–44. <https://doi.org/10.5210/bsi.v5i2.224>

- Ruiz, M. R., & Roche, B. (2007). Values and the scientific culture of behavior analysis. *The Behavior Analyst, 30*(1), 1–16. <https://doi.org/10.1007/BF03392139>
- Schoneberger, T. (2016). Behavioral pragmatism: Making a place for reality and truth. *The Behavior Analyst, 39*(2), 219–242.
- Skinner, B. F. (1974). *About behaviorism*. Alfred A. Knopf.
- Staddon, J. E. R. (1993). Pepper with a pinch of psalt. *The Behavior Analyst, 16*, 245–250
- Staddon, J. E. R. (2003). Humanism and Skinner's radical behaviorism. In K. A. Lattal et al. (Eds.), *Behavior theory and philosophy* (pp. 129-146). Springer Science+Business Media. https://doi.org/10.1007/978-1-4757-4590-0_7
- Steup, M., & Neta, R. (2020). Epistemology. In E. N. Zalta (Org.), *The Stanford encyclopedia of philosophy* (Spring 2020). Metaphysics Research Lab, Stanford University. <https://plato.stanford.edu/archives/spr2020/entries/epistemology/>
- Tonneau, F. (2005a). Antirealist arguments in behavior analysis. *Behavior and Philosophy, 33*, 55–65.
- Tonneau, F. (2005b). Behavior Analysis, common sense, and logic: Reply to Barnes-Holmes. *Behavior and Philosophy, 33*, 81–84.
- Tourinho, E. Z. (1987). Sobre o surgimento do behaviorismo radical de Skinner. *Psicologia, 13*(3), 1–10.
- Tourinho, E. Z. (1994). A noção pragmatista de conhecimento e a noção skinneriana de conhecimento de si mesmo. *Acta Comportamental, 2*(2), 219–232.
- Tourinho, E. Z. (1996). Behaviorismo radical, representacionismo e pragmatismo. *Temas em Psicologia, 4*(2), 41–56.
- Tourinho, E. Z. (2011). Notas sobre o behaviorismo de ontem e de hoje. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 24*(1), 186–194.

- Tourinho, E., & Neno, S. (2003). Effectiveness as truth criterion in behavior analysis. *Behavior and Philosophy*, 31, 63–80.
- Van Inwagen, P., & Sullivan, M. (2018). Metaphysics. In E. N. Zalta (Org.), *The Stanford encyclopedia of philosophy* (Spring 2018). Metaphysics Research Lab, Stanford University. <https://plato.stanford.edu/archives/spr2018/entries/metaphysics/>
- Williams, M (2001). *Problems of knowledge: A critical introduction to epistemology* (pp. 1-5). Oxford University Press.
- Woolfolk, R. L. (1983). Behaviorism, Rorty, and the end of epistemology. *Behaviorism*, 11(2), 111–113.
- Zettle, R. (1990). Rule-governed behavior: A radical behavioral answer to the cognitive challenge. *The Psychological Record*, 40(1), 41–49.
- Zilio, D. (2012). Relacionismo substancial: A ontologia do comportamento à luz do behaviorismo radical. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28(1), 109–118.
- Zuriff, G. E. (1980). Radical behaviorist epistemology. *Psychological Bulletin*, 87(2), 337–350.

Apêndice – Artigos Analisados

Nº	Artigo (Ordem alfabética)
1	Abib, J. A. D. (1999). Behaviorismo radical e discurso pós-moderno. <i>Psicologia: Teoria e Pesquisa</i> , 15(3), 237–247.
2	Ballesteros, B. P., & Rey, A. (2001). Respuestas de J. R. Kantor y de B. F. Skinner a las preguntas epistemológicas básicas. <i>Revista Latinoamericana de Psicología</i> , 33(2), 177–197.
3	Barnes-Holmes, D. (2000). Behavioral pragmatism: No place for reality and truth. <i>The Behavior Analyst</i> , 23(2), 191–202. https://doi.org/10.1007/BF03392010
4	Barnes-Holmes, D. (2005). Behavioral Pragmatism is a-ontological, not antirealist: A reply to Tonneau. <i>Behavior and Philosophy</i> , 33, 67–79.
5	Burgos, J. E. (2004). Realism about behavior. <i>Behavior and Philosophy</i> , 32(1), 69–95.
6	Cameschi, C. E., & Simonassi, L. E. (2005). Causa e explicação: Debate entre o mentalismo e o behaviorismo radical. <i>Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva</i> , 7(1), 21–37.
7	Creel, R. (1980). Radical epiphenomenalism: B. F. Skinner’s account of private events. <i>Behaviorism</i> , 8(1), 31–53.
8	Endemann, P., & Tourinho, E. Z. (2007). Linguagem e instituições sociais em Skinner e Austin. <i>Acta Comportamentalia</i> , 15(2), 207–228.
9	Escobar, M. V. M. (2014). Behaviorismo radical e materialismo eliminativo: Uma crítica ao mentalismo. <i>Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva</i> , 16(2), 94–108.
10	Krägeloh, C. U. (2006). Pragmatism and a-ontologicalism in a science of Behavior. <i>The Behavior Analyst Today</i> , 7(3), 325–335.
11	Lamal, P. A. (1983). A cogent critique of epistemology leaves radical behaviorism unscathed. <i>Behaviorism</i> , 11(1), 103–109.
12	Lamal, P. A. (1984). Getting it right: A reply to Woolfolk. <i>Behaviorism</i> , 12(2), 97–98.
13	Laurenti, C. (2012). O lugar da análise do comportamento no debate científico contemporâneo. <i>Psicologia: Teoria e Pesquisa</i> , 28(3), 367–376.
14	Laurenti, C., & Lopes, C. E. (2009). Explicação e descrição no behaviorismo radical: Identidade ou dicotomia? <i>Psicologia: Teoria e Pesquisa</i> , 25(1), 129–136.
15	Leão, M. F. F. C., Rocha, C. A. A., & Laurenti, C. (2016). A reassessment of pragmatism in behavior analysis: I. The theory of truth. <i>Revista Mexicana de Análisis de la Conducta</i> , 42(1), 87–104.
16	Leigland, S. (1999). Pragmatism, science, and society: A review of Richard Rorty’s objectivity, relativism, and truth: Philosophical papers, Vol. 1. <i>Journal of the Experimental Analysis of Behavior</i> , 71(3), 483–500.
17	Leigland, S. (2003). Is a new version of philosophical pragmatism necessary? A reply to Barnes-Holmes. <i>The Behavior Analyst</i> , 26(2), 297–304.
18	Leigland, S. (2004). Pragmatism and radical behaviorism: Comments on Malone (2001). <i>Behavior and Philosophy</i> , 32(2), 305–312.
19	Malone, J.C. (2001). Ontology recapitulates philosophy: Willard Quine, pragmatism, and radical behaviorism. <i>Behavior and Philosophy</i> , 29(1), 63–75
20	Malone, J. C. (2004). Pragmatism and radical behaviorism: A response to Leigland. <i>Behavior and Philosophy</i> , 32(2), 313–315.
21	Moore, J. (1985). Some historical and conceptual relations among logical positivism, operationism, and behaviorism. <i>The Behavior Analyst</i> , 8(1), 53–63. https://doi.org/10.1007/BF03391912
22	Morris, E. K. (1992). The aim, progress, and evolution of behavior analysis. <i>The Behavior Analyst</i> , 15(1), 3–29. https://doi.org/10.1007/BF03392582
23	Moxley, R. A. (2002). Some more similarities between Peirce and Skinner. <i>The Behavior Analyst</i> , 25(2), 201–214
24	Moxley, R. A. (2003). Pragmatic selectionism: The philosophy of behavior analysis. <i>The Behavior Analyst Today</i> , 4(3), 289–305. https://doi.org/10.1037/h0100020
25	O’Donohue, W., & Smith, L. D. (1992). Philosophical and psychological epistemologies in behaviorism and behavior therapy. <i>Behavior Therapy</i> , 23(2), 173–194.
26	Pompermaier, H. M., & Lopes, C. E. (2018). Para além da privacidade. <i>Psicologia: Teoria e Pesquisa</i> , 34, e3422–e3422.

Nº	Artigo (Ordem alfabética)
27	Ruiz, M. R. (1995). B. F. Skinner's radical behaviorism: Historical misconstructions and grounds for feminist reconstructions. <i>Behavior and Social Issues</i> , 5(2), 29–44. https://doi.org/10.5210/bsi.v5i2.224
28	Ruiz, M. R., & Roche, B. (2007). Values and the scientific culture of behavior analysis. <i>The Behavior Analyst</i> , 30(1), 1–16. https://doi.org/10.1007/BF03392139
29	Schoneberger, T. (2016). Behavioral pragmatism: Making a place for reality and truth. <i>The Behavior Analyst</i> , 39(2), 219–242.
30	Staddon, J. E. R. (2003). Humanism and Skinner's radical behaviorism. In K. A. Lattal et al. (Eds.), <i>Behavior theory and philosophy</i> (pp. 129-146). Springer Science+Business Media. https://doi.org/10.1007/978-1-4757-4590-0_7
31	Tonneau, F. (2005a). Antirealist arguments in behavior analysis. <i>Behavior and Philosophy</i> , 33, 55–65.
32	Tonneau, F. (2005b). Behavior Analysis, common sense, and logic: Reply to Barnes-Holmes. <i>Behavior and Philosophy</i> , 33, 81–84.
33	Tourinho, E. Z. (1987). Sobre o surgimento do behaviorismo radical de Skinner. <i>Psicologia</i> , 13(3), 1–10.
34	Tourinho, E. Z. (1994). A noção pragmatista de conhecimento e a noção skinneriana de conhecimento de si mesmo. <i>Acta Comportamental</i> , 2(2), 219–232.
35	Tourinho, E. Z. (2011). Notas sobre o behaviorismo de ontem e de hoje. <i>Psicologia: Reflexão e Crítica</i> , 24(1), 186–194.
36	Tourinho, E., & Neno, S. (2003). Effectiveness as truth criterion in behavior analysis. <i>Behavior and Philosophy</i> , 31, 63–80.
37	Woolfolk, R. L. (1983). Behaviorism, Rorty, and the end of epistemology. <i>Behaviorism</i> , 11(2), 111–113.
38	Zettle, R. (1990). Rule-governed behavior: A radical behavioral answer to the cognitive challenge. <i>The Psychological Record</i> , 40(1), 41–49.
39	Zilio, D. (2012). Relacionismo substancial: A ontologia do comportamento à luz do behaviorismo radical. <i>Psicologia: Teoria e Pesquisa</i> , 28(1), 109–118.
40	Zuriff, G. E. (1980). Radical behaviorist epistemology. <i>Psychological Bulletin</i> , 87(2), 337–350.
